

UNESP  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara – SP

Departamento de Economia

Monografia

**Um estudo sobre o desenvolvimento socioeconômico no
Estado do Amazonas a partir da Zona Franca de
Manaus**

Miriã Cássia de Paula Lacerda



Orientadora: Suzana Cristana Fernandes de Paiva

Banca Examinadora: Tatiana Massaroli de Melo

ARARAQUARA – S.P.

2013

Aos meus queridos pais,

José e Rita e

Lucas, meu amado esposo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, maiormente a Deus, que nunca me faltou nos momentos difíceis da minha vida.

Agradeço aos meus pais pelo estímulo dado aos meus estudos, sempre me ajudando no desenvolvimento dos meus objetivos e sonhos, de forma que não desanimei nessa longa caminhada estudantil por causa da figura presente e única dessas duas pessoas na minha vida. Serei eternamente grata pelo esforço empenhado em mim.

Agradeço também ao meu esposo, Lucas, que esteve presente nessa minha luta para conquistar o meu diploma, tendo papel fundamental nos momentos mais decisivos e importantes desses últimos anos. Agradeço a compreensão e a força que junto com o seu amor me tornaram capaz de dar esse passo tão importante na minha vida.

Meus agradecimentos à professora Suzana pelas orientações que me concedeu para melhor compor esse trabalho, assim como pelo seu tempo e comprometimento no mesmo. Da mesma maneira agradeço à professora Tatiana pela atenção e por aceitar participar da banca examinadora dessa monografia.

Agradeço a todos que direta e indiretamente participaram dessa grande conquista para mim. Obrigada.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Região Amazônica e Estado do Amazonas.....	10
Figura 2	Castanha-do-pará e Urucum: especiarias encontradas na região norte do Brasil.....	12
Figura 3	Seringueiro.....	14
Figura 4	Teatro Amazonas- ícone do Ciclo da Borracha no Estado do Amazonas.....	15
Figura 5	Secagem da fibra de juta nos varais.....	17
Figura 6	Áreas de Livre Comércio.....	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Participação dos principais subsetores no faturamento total do PIM.....	31
Gráfico 2 Investimentos produtivos líquidos realizados pelas empresas ativas localizadas no PIM.....	32
Gráfico 3 Participação (%) das dez primeiras Empresas Exportadoras do Amazonas em março de 2012 e 2013.....	33
Gráfico 4 Participação (%) das Principais Empresas Importadoras do Amazonas em março de 2012 e 2013.....	33
Gráfico 5 Faturamento do PIM (1988/2010).....	54
Gráfico 6 Crescimento Econômico do Estado do Amazonas 2003-2011.....	56
Gráfico 7 Evolução da Mão-de-obra.....	58
Gráfico 8 Evolução da População.....	59
Gráfico 9 Índice de Desenvolvimento Humano de Manaus/Amazonas/Brasil.....	60
Gráfico 10 Índice de Gini de Manaus/Amazonas/Brasil.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Balança Comercial do Estado do Amazonas em milhões de US\$ F.O.B.....	47
Quadro 2 Produto Interno Bruto do Estado do Amazonas por atividade no período de 2002 a 2010.....	48
Quadro 3 Participação relativa do Produto Interno Bruto do Estado do Amazonas por atividade econômica e impostos líquidos de subsídios (2002/2010).....	50
Quadro 4 Participação (%) de Manaus no PIB do Estado do Amazonas.....	51
Quadro 5 Participação (%) do Interior no PIB do Estado do Amazonas.....	51
Quadro 6 Valor da Produção Industrial no Amazonas (1970/1985).....	53
Quadro 7 Setor Industrial- Salários X Mão-de-obra efetiva ocupada (1988/2010).....	57

SUMÁRIO

Um estudo sobre o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Amazonas a partir da Zona Franca de Manaus

INTRODUÇÃO.....08

CAPÍTULO 1- O Potencial da Amazônia e o Estado do Amazonas

1. Introdução.....09

1.1. Antecedentes Históricos e Econômicos.....09

1.1.1. Colonização e Drogas do Sertão.....12

1.1.2. Ciclo da Borracha.....14

1.1.3. Amazônia na Era Vargas.....16

1.1.4. Algumas reformulações no Pós-Guerra e o Governo Militar.....19

1.2. Considerações.....23

CAPÍTULO 2- Zona Franca de Manaus: História

2. Introdução.....25

2.1. Zona Franca de Manaus-ZFM.....25

2.1.1. Origem, Dificuldades e Superações do Modelo ZFM.....26

2.1.2. A Política Tributária.....28

2.1.3. Pólos Econômicos da ZFM.....30

2.2. Superintendência da Zona Franca de Manaus- SUFRAMA.....34

2.2.1. Origem e Principais Funções.....34

2.2.2. As Áreas de Livre Comércio.....36

2.2.3. SUFRAMA como uma alternativa de Investimento em Tecnologias
e Incentivo ao Turismo.....37

2.2.4- Origem e Administração dos Recursos.....38

2.3- Considerações.....39

CAPÍTULO 3- Análise Socioeconômica do Estado do Amazonas a partir da evolução do Modelo Zona Franca

3. Introdução.....41

3.1. Fases do Modelo.....41

3.2. Impactos Econômicos do Modelo no Estado do Amazonas.....	46
3.3.A Evolução Social do Estado do Amazonas e de Manaus a partir da ZFM.....	57
3.4.Considerações.....	61
CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS.....	65

INTRODUÇÃO

O estado da Amazônia é o maior do Brasil e possui a maior floresta tropical do mundo que abriga um potencial ecológico capaz de contribuir para a diversificação da economia a partir do desenvolvimento de atividades voltadas para agroindústria, bioindústria, fruticultura, turismo, energia, dentre outras potencialidades abundantes na região.

Uma análise histórica nos permite observar que, diante da potencialidade econômica e estratégica da região, várias foram as tentativas de ocupação e desenvolvimento implementadas pelo governo, entretanto não tiveram resultados expressivos. A criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) representa a mais importante política pública implementada pelo Governo na década de 1950 com o objetivo de promover o desenvolvimento de uma região estratégica para o país, a Amazônia Ocidental.

O objetivo da ZFM era viabilizar uma base econômica para a região para promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país, garantindo a interiorização do desenvolvimento e a soberania nacional sobre suas fronteiras. Trata-se de um modelo de desenvolvimento regional que, segundo os vários estudos já desenvolvidos, apresenta muitos aspectos positivos e também negativos.

A proposta desta monografia é sistematizar as informações sobre a origem e evolução da ZFM e investigar os resultados de sua implantação para o desenvolvimento do Estado do Amazonas. Assim, através desse estudo socioeconômico da região busco analisar se de fato o desenvolvimento proposto para a região, através do Modelo Zona Franca – que propiciou a fixação de indústrias, povoamento da região, maior articulação com as outras regiões do país, ou seja, a transformação da região em capitalista - foi benéfica para a população do Estado ou ocasionou maior desigualdade entre as classes, concentrando a renda das famílias amazonenses. Enfim, investigar qual é a situação atual do Estado: qual o impacto da implantação da Zona Franca de Manaus em termos sócio econômico?

CAPÍTULO 1

O POTENCIAL DA AMAZÔNIA E O ESTADO DO AMAZONAS

1. Introdução

O objetivo deste capítulo é fazer um breve relato da história econômica da região amazônica, destacando suas peculiaridades, as características fundamentais dos seus ciclos de produção e seus efeitos sobre o desenvolvimento da região e os principais esforços governamentais para a interiorização econômica do desenvolvimento do país, visando à desconcentração industrial e a garantia da soberania nacional, ameaçada pelos países vizinhos que até os dias atuais demonstram interesse na região.

O capítulo aborda também a política de incentivos fiscais que deu origem a Zona Franca de Manaus, principal objeto de estudo desse trabalho e que será apresentada e analisada mais profundamente nos capítulos dois e três.

Cabe ressaltar por fim, que a principal fonte bibliográfica de referência para este resgate histórico é o livro: *Amazônia: Globalização e Sustentabilidade* de Admilton Pinheiro Salazar, Professor de Economia da Universidade Federal do Amazonas, Secretário de Planejamento e Superintendente Adjunto de Operações da Suframa em 2004, órgão coordenador da Zona Franca de Manaus, o qual usei amplamente.

1.1. Antecedentes Históricos e Econômicos

Antes de iniciar um estudo sobre a área de livre comércio situada no Norte do país- Zona Franca de Manaus, é preciso fazer uma análise prévia sobre o Estado e a região em que está situada – Amazonas e Amazônia, respectivamente, explorando os principais fatos históricos destes, assim como as conseqüências econômicas dos acontecimentos fundamentais ocorridos nessa área, além de analisar como a vasta extensão territorial do Norte do país influencia no seu desenvolvimento regional.

É necessário entender a importância estratégica que a região amazônica possui, já que se trata de uma região com aproximadamente 2.217.467 km², entorno de 26% do território nacional, dos quais 9.085 km são de fronteiras com cinco outros países (Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru e Venezuela), ou seja, 57,8% das fronteiras brasileiras.

O Estado do Amazonas possui cerca de 157 milhões de hectares, dos quais somente 20%, em termos de legislação, são liberados para as atividades produtivas, sendo que os outros 80% são de preservação ecológica (Salazar, 2004).



Figura 1- Destaque no mapa para a região Amazônica e o Estado do Amazonas

Fonte: www.greenpeace.org

No mapa acima se usa três conceitos a respeito da Amazônia, o bioma Amazônia, a Amazônia Legal e o Limite Panamazônia. O primeiro faz referência à floresta pluvial tropical amazônica, o segundo conceito corresponde a uma área de 59 % do território brasileiro que engloba no total oito estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão.

Segundo o IPEA (2008):

O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em maio deste ano pelo governo federal, considera

integralmente o Estado do Maranhão como parte da Amazônia Brasileira.

Por último, o conceito Panamazônia envolve os países que possuem a floresta amazônica em seu território, no caso Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, as Guianas, além do Brasil.

O mapa deixa evidente que a maior parte do bioma amazônico está situado em território brasileiro, principalmente nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Pará, Amapá. A região amazônica possui uma floresta tropical com grande capacidade ecológica, cuja diversidade pode contribuir para o desenvolvimento, por exemplo, da bioindústria, da agroindústria além da fruticultura, do ecoturismo e da energia. Justificando assim, o grande interesse de outros países pela anexação da região ou até mesmo pela exploração predatória da floresta.

No entanto, segundo Salazar (2004) é necessário valorizar a região, entendendo ela em seus variados aspectos e dentro de um contexto de garantia da soberania nacional e da conquista da nacionalidade, como evidenciado no trecho a seguir:

É necessário revestir-se de uma visão de futuro, sensibilidade política e patriotismo para poder melhor aquilatar o heroísmo quase épico dessa grandiosa aventura de conquista da nacionalidade, iniciada, mas não concluída, a ser empreendida em seus múltiplos aspectos humano, geográfico, estratégico, econômico, militar e geopolítico.

Portanto, a partir de agora será analisado os primeiros e mais importantes acontecimentos econômicos e sociais nessa região, que influenciaram no seu desenvolvimento e, conseqüentemente na elaboração de um projeto de pólo desenvolvimentista para o Estado do Amazonas (o modelo Zona Franca de Manaus).

1.1.1. Colonização e Drogas do Sertão



Figura 2- Castanha-do-pará e Urucum: especiarias encontradas na região norte do Brasil.

Autor: desconhecido

O Brasil é conhecido pela sua grande extensão territorial, com aproximadamente 8.514.876 km², sendo o quinto maior país do mundo. Essa imensidão territorial do Brasil é devida, principalmente, pela inclusão do espaço amazônico ao território brasileiro, desde a colonização portuguesa, e a manutenção do domínio sobre a região que hoje representa 26% do território brasileiro.

A conquista da região Amazônica ocorreu através da fixação de povoados locais que em tempos de ameaças foram os principais defensores da região de possíveis invasores ou de colonizadores espanhóis, por exemplo, como é evidenciado no trecho a seguir de Salazar (2004):

...esse espaço foi conseguido e mantido a peso de muita tenacidade e sofrimento das populações mestiças e cablocas, através dos sacrifícios de várias gerações de povos amazônicos. As dificuldades e confrontos inerentes a esse processo de ocupação territorial pela afirmação da presença brasileira nesta remota região deveram-se muito mais à intrepidez e capacidade de resistência das populações cablocas isoladas no meio da selva do que à ação ou iniciativa oficial de distantes governos palacianos.

A princípio o território Amazônico encontrava-se além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas (1494), acordo este que foi firmado entre Espanha e Portugal, no qual o mundo era dividido entre essas duas Nações. Ou seja, segundo esse tratado a região amazônica pertencia à Espanha, mas como a Metrópole, os senhores de engenho, os bandeirantes e os jesuítas não tinham interesses somente em se fixarem na região litorânea do Brasil colonial desrespeitaram o pacto e partiram para outras regiões, como no caso Amazônico.

A partir disto, temos o primeiro evento histórico na região, datado de 1737, ano em que ocorreu a primeira intervenção de fato na região. De acordo com Salazar (2004), em 1737 a sede do Estado do Maranhão e Grão-Pará de São Luís é transferida para Belém. Essa mudança de sede tinha por objetivo iniciar uma exploração econômica na região. No entanto, somente em 1750, a Espanha e Portugal, revendo o Tratado de Tordesilhas, firmaram acordo e assinaram o Tratado de Madri, em que a nova delimitação do Brasil foi aceita, permitindo aos portugueses incorporarem o território amazônico ao brasileiro.

Resolvido os problemas de fronteiras com os espanhóis dá-se início às primeiras atividades econômicas na região, como a exploração de extrativos florestais e especiarias, mais conhecidas como drogas do sertão.

Essa primeira fase de exploração econômica é conhecida como a de extrativismo-espontâneo com culturas de subsistência, com um modelo de produção rudimentar apesar de sua produção chegar até outros países, principalmente os já industrializados, mesmo não possuindo relação direta com os mercados. Essa fase é caracterizada fundamentalmente pela coleta florestal, agricultura de subsistência, artesanato doméstico, com mão-de-obra exclusivamente familiar. Além disso, os instrumentos de trabalho são ainda pouco especializados como a enxada, a serra manual, as queimadas entre outros. Ademais, as transações eram realizadas pelo escambo, sendo que a única relação com o sistema capitalista era através dos negociantes atravessadores que forneciam capital aos pequenos produtores locais (Salazar, 2004).

Entre 1750 e 1777, o Marquês de Pombal, então administrador do Brasil colonial, desenvolveu o primeiro programa de auxílio agrícola para a região, dotado de incentivos fiscais, tendo como finalidade a colonização regional. Destaque para o ano de

1755, ano em que é criado o Estado do Amazonas com o nome de Capitania de São José do Rio Negro.

Já em 1852, com a criação da Companhia de Navegação e Transportes do Amazonas por Irineu Evangelista de Souza, o conhecido Barão de Mauá, tem-se início à circulação dos primeiros barcos a vapor nas águas do Amazonas, que transportavam passageiros e cargas.

Com essa circulação no rio Amazonas logo em 1866 o mesmo é aberto à navegação internacional, sendo que os primeiros estrangeiros a utilizarem o rio foram os ingleses. Estes que trouxeram consigo os primeiros capitais para a região, tornando-se assim os principais propulsores da exploração dos seringais na região, em que é extraída a matéria-prima da borracha, o chamado látex, iniciando, portanto o ciclo da borracha, momento de grande impulso econômico local. (Salazar, 2004)

1.1.2. Ciclo da Borracha



Figura 3- Seringueiro
Autor: desconhecido

Não somente os investimentos ingleses foram importantes para o surgimento dessa nova fase, tão fundamental quanto este foi a mão de obra nordestina, que passou a migrar para a região em que se fazia a extração das gomas, em consequência das secas do final do século XIX no Nordeste brasileiro.

Dessa forma, com a união desses dois fatores foi possível criar a infra-estrutura de uma economia básica, que modernizou e urbanizou as cidades de Belém e Manaus, como fica claro na citação abaixo.

...em Manaus especificamente os ingleses construíram em 1902 o cais flutuante, ainda hoje o único porto “moderno” da capital amazonense e introduziram a “civilização” através da geração de energia elétrica, do sistema de transporte urbano por meio de bondes elétricos, dos serviços de telégrafos e saneamento básico (Salazar, 2004).

Inicia-se então, a fase do extrativismo semi-especializado, onde começa o vínculo de fato com o mercado. A mão-de-obra é assalariada e semi especializada, exigindo certa experiência no trabalho, além disso, a produção passa a responder à procura das indústrias médias e de grande porte, como as serrarias e as usinas que beneficiam a borracha. Estas antecipavam o capital que era destinado aos chamados patrões, que arrendavam as embarcações e adquiriam os equipamentos para a exploração do látex e que tinham que preparar o produto para a indústria de destino, obedecendo aos regimes das águas do rio Amazonas (Salazar, 2004).



Figura 4- Teatro Amazonas - ícone do Ciclo da Borracha no Amazonas
Fonte: www.portalamazonia.com.br

O auge da borracha foi em 1910, com 38,5 mil toneladas exportadas e receita de 59,6 milhões de libras esterlinas para o Estado do Amazonas (Benchimol, 1997).

No entanto, logo em 1912 as exportações apresentam uma queda vertiginosa, devido à concorrência das plantações na Malásia. Para amenizar essa crise o então Presidente Hermes da Fonseca cria no mesmo ano o Plano de Defesa da Borracha e a Superintendência de Defesa da Borracha, entretanto não se obteve o êxito desejado com esses projetos, pois sequer saíram do papel (Salazar, 2004).

O Plano de Defesa da Borracha segundo Almeida (1992) visava:

...além de manter o Brasil na sua posição mundial no que se refere a essa atividade, também melhorar as condições econômicas e sociais da região. Mas, a precária situação financeira do país, a escassez de capital privado e de técnicos qualificados, objetivos muito abrangentes e a falta de um mercado interno desenvolvido condenaram o plano.

Essa é a primeira tentativa de auxílio fracassada na região, apesar dos esforços do Governo Federal em assegurar àquela região uma base econômica para assim fortalecer e integrá-la. Mesmo assim a região Norte retorna ao seu patamar inicial anterior ao Ciclo da Borracha, que é caracterizado pelo descaso e o isolamento tanto social como econômico da região.

Ademais com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e posterior crise de 1929, a crise se acentua nas localidades amazônicas, prolongando a estagnação econômica e ocasionando um maior isolamento das populações amazonenses.

Salazar (2004) descreve esse sobe-desce da economia amazonense como uma faseologia econômica, isto é, as relações de produção amazônica se alicerçam em relações complexas de produção existentes no exterior, dessa forma quando ocorre uma crise externa, como a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, a produção amazônica decai, se prolongando mais do que nas outras regiões do país.

Almeida (1992) destaca que os desequilíbrios entre as regiões ocorreram principalmente pelos diferentes ritmos de crescimento na década de 20, que fez despontar São Paulo, devido à expansão do café e conseqüente aumento das exportações desse Estado, enquanto as outras regiões, fundamentalmente o Amazonas passava por um “marasmo exportador”.

1.1.3. Amazônia na Era Vargas

A chegada de Getúlio Vargas ao poder nos anos 30 finaliza um período de crises e traz consigo esperança para os povos da região Norte do Brasil, pois Getúlio acreditava que esta região era muito importante para a nação e, promover o seu desenvolvimento era fundamental para a soberania nacional. Por isso, buscou através de seu governo soluções econômicas alternativas para região, entre elas a atração de capitais japoneses, que fez estabelecer a juta asiática na Amazônia (Salazar, 2004).



Figura 5- Secagem da fibra de juta nos varais
Autor desconhecido

Os japoneses imigraram e se fixaram no Baixo Amazonas, onde fundaram a Vila Amazônica responsável pela cultura da juta, uma fibra natural asiática utilizada para a fabricação de sacos em que eram colocados o café para sua posterior exportação.

No entanto, quando se dava início à instalação da juta asiática na região eclodiu a Segunda Guerra Mundial, dessa forma, somente pós-39 essa nova atividade é retomada, se tornando a principal atividade econômica das populações ribeirinhas e do Baixo Amazonas. Aliada à agricultura da juta estava a agricultura de subsistência, que veio a se tornar a base da economia local até o surgimento da industrialização em Manaus (Salazar, 2004).

Tem início, então, o modelo de produção de agricultura industrial associada às culturas de subsistência. No caso da juta foi preciso levar em consideração o regime de cheias do Rio Amazonas. Além disso, tinha uma determinada sazonalidade na sua produção, sendo preciso esperar seu período de maturação e de colheita. Dessa forma, pode-se dizer que esse modelo de produção era bem sistematizado, com técnicas artesanais e certa capitalização, utilizando mão-de-obra familiar e assalariada. Buscava atender à demanda de médias e grandes indústrias e necessitava de antecipação de capitais. Pela necessidade de se esperar a maturação da juta surgiu associada a essa

atividade, outras culturas de subsistência, como a pesca e o plantio de hortaliças e frutas que geravam excedentes e posteriormente eram comercializadas no mercado (Salazar, 2004).

Em 1943, ainda em período de conflito mundial, Vargas conquista os acordos de Washington, onde a Amazônia representa o papel principal. Segundo o trecho a seguir pode-se observar esse protagonismo Amazônico:

...Vargas trocava a borracha amazônica pela tecnologia do aço. Com uma só tacada criava o Banco do Crédito da Borracha, em parceria com os americanos, estabelecendo o monopólio da compra do produto e sua entrega aos Estados Unidos... obtinha compromissos e empréstimos, retomava o processo de ocupação econômica da Amazônia por meio de um projeto de recuperação dos seringais nativos; criava-se um serviço especial de saúde pública (SESP); promovia-se a modernização do sistema de transporte fluvial; ao mesmo tempo concedia-se aos aliados uma base de operações em Natal (RN) e obtinha como trunfo mais importante, empréstimos do governo americano que permitiam dar o passo decisivo para a implantação da indústria nacional...(Salazar, 2004).

A Segunda Guerra, diferentemente da Primeira fez com que a economia amazonense da borracha ressurgisse, pois a sua produção era então destinada aos países aliados, principalmente aos EUA, garantindo assim as receitas do Estado, além disso, é importante ressaltar que com essa troca o Brasil foi beneficiado no que diz respeito à indústria, pois os EUA forneciam a tecnologia do aço, principal fator para a inicialização da indústria de base no país.

Almeida (1992) cita esse momento como a Batalha da Borracha na região amazônica, destacando que nesse período:

...se assistia na Amazônia uma população orientada à agricultura de subsistência, suplementada por atividades extrativas. Com os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o Brasil concorda em cooperar com as Forças Aliadas no suprimento de matérias-primas estratégicas, inclusive borracha, e teve início um grande esforço para elevar a produção. Em relação aos seus custos, os resultados da Batalha da Borracha em termos de produção foram bem modestos.

Além disso, a autora critica, destacando que é nesse momento que se cria a “estagnação da região por um longo prazo”, pois se “perpetua a mentalidade de extração de produtos florestais”, além de basear o desenvolvimento da região em um único produto, tornando-a puramente dependente deste.

1.1.4. Algumas reformulações no Pós-Guerra e influência do Governo Militar

Já no pós-guerra observa-se a segunda tentativa de auxílio fracassada à Amazônia, através de uma emenda na Constituição de 46, em que se determinava

...que a União aplicaria no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, durante pelo menos 20 anos consecutivos quantia não inferior a 3% de sua renda tributária. O parágrafo único desse mesmo artigo dizia que os Estados e territórios da região, bem como os respectivos municípios, reservariam também, para o mesmo fim, três por cento de suas rendas tributárias (Salazar, 2004).

Entretanto, nem a União nem os Municípios aplicaram parte de suas receitas tributárias na região amazônica, evidenciando que esse dispositivo não teve utilidade alguma para a integração da região, permanecendo como “letra morta”, segundo Salazar (2004), na Constituição.

Principais acontecimentos de 1950:

- 1950: O Banco de Crédito da Borracha é transformado no Banco de Crédito da Amazônia;
- 1951: Projeto de Lei nº1310 que dará origem à Zona Franca de Manaus;
- 1952: Criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;
- 1953: Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, pela Lei Federal nº1806;
- 1957: Promulgação da Lei nº3173 defini a Zona Franca de Manaus;
- 1959: Criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

A SPVEA fez uso do seu poder e tentou aplicar alguns Planos para incentivar as atividades produtivas e econômicas na região, como a produção extrativa mineral, agricultura, industrialização de matérias-primas regionais e até mesmo um plano viário para a região, contudo a má administração e problemas de custeio frustraram seus objetivos. Almeida (1992) ainda ressalta:

...que seu caráter abrangente, o conhecimento rudimentar da estrutura sócio-econômica e do potencial da região, levaram a que não se favorecesse as atividades que usassem matérias-primas nativas, o que também foram razões para o insucesso do plano. Em 1964 a SPVEA foi reconhecida como uma instituição fracassada e desorganizada,

incapaz de cumprir suas obrigações como órgão de desenvolvimento sócio-econômico da região.

A SUDENE por sua vez surge a partir do desenvolvimento de um trabalho que analisava a região Nordeste e quanto de gasto o governo federal despendia para a localidade. Este estudo foi coordenado por Celso Furtado e ficou conhecido como Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). O Estado Brasileiro acreditava que através do diagnóstico da região pela superintendência encontrar-se-ia uma solução para o problema do desenvolvimento local. A solução encontrada foi a industrialização, que seria tomada como processo-motor do crescimento econômico e da modernização regional e seria viabilizada por meio da concessão de incentivos fiscais. (Lira, 2005)

Ademais, outras iniciativas ficaram de lado por um longo período, devido à subordinação e sujeição destas, segundo Salazar (2004), aos “jogos de interesses” e “pressões regionalistas do centro-sul”, que não enxergavam utilidade alguma naquela região e, por isso, não aplicavam esforço algum para incentivar e estimular seu desenvolvimento e conseqüente integração com o restante do país.

Dessa forma, essas ações somente foram reativadas com o Governo Militar de 1964, devido à mudança de política econômica que levava em consideração a fragilidade da soberania nacional da região Norte do país com as fronteiras amazônicas, além de pregar uma eficiência nos mecanismos de planejamento regional, buscando estimular a ocupação local com o lema “integrar para não entregar”, somando a isso a importância da iniciativa privada no desenvolvimento regional (Salazar, 2004; Almeida, 1992).

É importante ressaltar que neste momento tem-se o afloramento e a disseminação dos estudos cepalinos para superação do subdesenvolvimento latino-americano, que culminaram nas propostas de industrialização para superação das disparidades regionais entre países periféricos e países centrais. Neste ambiente, afloram-se também as discussões sobre a problemática das desigualdades regionais no âmbito nacional, impulsionadas pelas reflexões de Celso Furtado. Caracterizando assim, o contexto em que surgem várias políticas para a superação das desigualdades regionais e a integração nacional.

É neste cenário que, em 1967 estabeleceu-se um conjunto de leis denominado Operação Amazônica com fins de desenvolvimento regional. Segundo Almeida (1992):

...essa política seria orientada para desenvolver pólos de desenvolvimento, grupos de população estáveis e auto-suficientes para estimular a imigração, proporcionar incentivos ao capital privado, desenvolver infra-estrutura e pesquisar o potencial de recursos naturais.

No entanto, Seráfico e Seráfico (2005) ressaltam que a população e o governo local apresentavam certo desejo na integração, mas que esta devia ser considerada segundo uma integração sem danos à cultura regional, respeitando suas principais características locais e sem uma subordinação que, conseqüentemente, acarretaria em uma perda de identidade e capacidade de expressão social e econômica da região.

É nesse contexto que surge a Zona Franca de Manaus - ZFM, como “medida complementar” à Operação Amazônica e para alcançar os objetivos do Plano. A ZFM apresentou-se, como uma estratégia do Governo Militar para desenvolvimento da região Norte do país, assim como para a sua integração nacional, garantindo a soberania nacional, em um período muito delicado para os brasileiros, como citado por Seráfico e Seráfico (2005), no seguinte trecho:

Num tal contexto, o papel da ditadura parece ter sido, principalmente, o de criar algumas das condições que permitissem ampliar as oportunidades de investimento capitalista e controlar a força de trabalho num processo em que esta se integrava em situação bastante frágil.

Assim inicia-se um período de maior atenção na região Amazônica com diversas intervenções de desenvolvimento regional, como as políticas de incentivos para a atração de capitais para a região.

Mas para tanto ocorreu algumas reformulações:

- 1966: Substituição da SPVEA pela SUDAM, assim como do Banco de Crédito da Amazônia pelo Banco da Amazônia S.A (BASA);
- 1967: Entra em vigor a Zona Franca de Manaus e institui-se a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA);
- 1970: Decreto-Lei nº1106 instituição do Programa de Integração Nacional- PIN

- 1971: PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agro- Indústria do Norte e Nordeste)

Com o fracasso da SPVEA foi criada outra instituição administrativa para substituí-la, a Superintendência para o Desenvolvimento Amazônico – SUDAM. Esta foi criada nos moldes da experiência do desenvolvimento planejado que ocorria no Nordeste, através da SUDENE e possuía a mesma estratégia de adoção da industrialização como meio de desenvolvimento. Por sua vez essa industrialização seria fomentada através dos incentivos fiscais.

Segundo Lira (2005):

...com a utilização dos incentivos fiscais foi dada uma outra direção para o desenvolvimento da região, não exatamente no sentido de correção dos desequilíbrios regionais, mas no sentido de aprofundar a integração da região no processo mais amplo de concentração e centralização do capital no âmbito do espaço nacional. Do mesmo modo, como essa integração subordinou um papel diferenciado e complementar à economia da região, distinto do ocorrente na região mais dinâmica do país, atuou não no sentido de corrigir as desigualdades de desenvolvimento existentes, mas sim no de reproduzir essas desigualdades, agora sob a lógica do capital.

A extinção da SUDAM ocorreu em 2001 segundo a alegação do Estado de que o órgão estava tomado pela corrupção em decorrência da política regionalista. No entanto, o que ocorria de fato era a extinção do padrão de desenvolvimento regional existente, isto é, o Governo já não achava necessário dar suporte ao planejamento regional na Amazônia (Lira, 2005). O mesmo ocorreu com a SUDENE.

Em seu lugar foi criada a Agência do Desenvolvimento da Amazônia – ADA, mas esta não chegou sequer a ser implantada, pois como estratégia de campanha do então candidato da época, Luis Inácio Lula da Silva, a SUDENE e a SUDAM seriam recriadas. Fato que ocorreu, segundo Lira (2005) “em julho de 2003, quatro meses depois de ser definida a estrutura organizacional da ADA”, através do Projeto de Lei Complementar nº91/2003 e do Projeto de Lei Complementar nº76/2003 referentes à SUDAM e à SUDENE, respectivamente e que foram aprovados em 2007.

Entretanto, o que ocorreu foi a retomada do nome SUDAM para o novo planejamento de desenvolvimento regional, pois os recursos utilizados para desenvolvimento são os mesmo criados para a ADA e não os que antes eram da antiga

SUDAM. Ou seja, “a nova SUDAM seria constituída da “cara” da antiga SUDAM e do “corpo” da futura extinta ADA” (Lira, 2005).

Por fim, segundo Monteiro (2009), a criação do PIN e do PROTERRA:

...foram contemplados pelo I Plano Nacional do Desenvolvimento (I PND), que teve como metas para a Amazônia a integração (física, econômica e cultural), ocupação humana e desenvolvimento econômico. Para se atingir as metas o plano realizaria a colonização das rodovia da BR 230 e BR 165 por imigrantes nordestinos e, para realizar o desenvolvimento econômico delegado ao investimento privado dos incentivos fiscais concedidos pela SUDAM e SUFRAMA.

1.2. Considerações

Segundo Salazar (2004), a região amazônica foi considerada por muito tempo uma área rural, que apresentava uma “combinação de fatores desfavoráveis ao desenvolvimento” como “a falta de escala, tecnologias, economias externas (infra-estrutura, serviços públicos, entre outros)”. Além disso, Almeida (1992) afirma que os modelos de produção empregados na região, principalmente o da borracha dificultou ainda mais a fixação permanente das populações assim como a introdução de técnicas mais modernas.

Fica evidente que os modelos de produção da região, apresentados no contexto da história econômica da região têm características próprias como destaca Salazar (2004), uma vez que estes dependem da “realidade social específica” da região. Ou seja, para que fosse revelado o modelo da região foi preciso fazer um estudo social da realidade econômica da localidade em questão.

Isto somente foi possível através da implantação do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI-AM) de 1981, que forneceu dados sobre a região do médio Amazonas, tornando possível a classificação dos modelos de produção amazônicos apresentados em cada fase da história econômica acima.

Além disso, é interessante colocar que esses modelos são diferentes dos modelos de outras regiões, assim como de outros países. Essa diferenciação dos modelos é devido às características peculiares do capitalismo em cada país ou região, sejam eles desenvolvidos ou subdesenvolvidos.

Sendo assim, Salazar (2004) destaca:

O estudo de caso dos modelos históricos amazônicos de produção mostra que essa tem sido a realidade da economia regional e amazonense, desde o ciclo das drogas do sertão, passando pela economia extrativista da castanha, da borracha, da madeira e dos minérios, que extraiu todo o valor das áreas interioranas, sem aí nada deixar de investimentos reprodutivos. A única exceção parece apontar na direção da economia do Pólo Industrial de Manaus- PIM. Embora ao atrair mão-de-obra rural, tenha contribuído para um certo esvaziamento do interior, em compensação forçou a realização de investimentos reprodutivos na infra-estrutura urbana de Manaus e em menor escala na infra-estrutura econômica do interior com a geração de energia, e implantação de meios de comunicação e transporte.

Ou seja, nenhum outro modelo surtiu efeito de desenvolvimento para a região amazônica como o modelo Zona Franca de Manaus- ZFM, que ajudou na urbanização da capital do Estado do Amazonas e mesmo que em menor escala para o interior da região, que era desprovido de condições básicas de povoamento e de interação com outras regiões do Estado e do Brasil. E será este modelo que estudaremos no capítulo 2.

CAPÍTULO 2

O MODELO ZONA FRANCA DE MANAUS: História

2. Introdução

O objetivo desse capítulo é a exposição do modelo Zona Franca de Manaus desde sua origem até os dias atuais, apresentando os principais elementos que propiciaram sua efetivação, os pólos econômicos que o compõem, assim como os incentivos que orientaram esse projeto.

Serão explicitadas também as funções do órgão designado para a coordenação desse projeto, a Superintendência da Zona Franca de Manaus- SUFRAMA, demonstrando suas responsabilidades e atribuições no que tange à fixação de indústrias e à elaboração de projetos e acordos que visam o investimento na região de atuação do modelo.

2.1. Zona Franca de Manaus - ZFM

A Zona Franca de Manaus (ZFM) é um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, promover a melhor integração produtiva, social dessa região ao país, garantindo a soberania nacional sobre as suas fronteiras (SUFRAMA, 2013).

Desde sua criação a Zona Franca de Manaus tinha como objetivo criar um pólo de desenvolvimento e transformar a Amazônia Ocidental em uma base econômica viável e rentável, preservando o meio ambiente, melhorando a qualidade de vida e reduzindo as desigualdades sociais e regionais da área. Supondo de imediato a integração da região amazônica ao país, social e produtivamente, uma vez que esta era marginalizada e excluída do processo de industrialização do Brasil, além de promover a interiorização do desenvolvimento brasileiro.

Essa idéia de pólo de desenvolvimento em que está alicerçado o Projeto Zona Franca é proveniente, segundo Oliveira (2011) da Teoria dos Pólos de Desenvolvimento, também conhecida como a Teoria da Polarização do francês François Perroux de 1955. Segundo Salazar (2004) esta teoria:

...parte da hipótese que o desenvolvimento é nodal, isto é, se dá através de nódulos ou pólos dominantes que formam um campo de

forças favorável ao processo de concentração e que drenam recursos de fora para reforçar sua posição (...) e concentra os recursos do desenvolvimento nacional ou regional em seu espaço mais central, fazendo surgir desigualdades entre regiões (...). Essa tendência à centralização polar dominante somente pode ser contrabalançada através de uma estratégia que utilizando o campo de força gerado, favoreça em sentido inverso a criação de nódulos nas regiões menos favorecidas, criando uma complementaridade entre o pólo dominante e o os pólos secundários (...). Esses efeitos são ocasionados pela demanda da região rica que gera atividades e empregos na região pobre, forçando a desconcentração das atividades dominantes...

Em outras palavras, Perroux afirma que os pólos surgem no entorno de aglomerações urbanas, próximas de fontes de matérias-primas e com boas estruturas que facilitam o transporte da produção. Tendo essas condições, o pólo de desenvolvimento atrairia indústrias chamadas motrizes, aquelas que são responsáveis pela criação do produto. Estas, por sua vez, atrairiam as indústrias periféricas, fornecedoras de insumos. Originando desse processo uma relação entre indústrias de caráter duradouro, já que a primeira (motriz), fixada no pólo dominante, dependeria da segunda (periférica), fixada no pólo secundário, para obter o insumo gerador do produto, o qual irá desenvolver.

No caso da região Amazônica, não existiam as condições adequadas para atrair as indústrias motrizes, neste caso era preciso então criá-las, ou seja, era necessário dotar a região de condições de atração, como infra-estrutura e “algo mais” para as mesmas se estabelecerem tão distante dos centros industriais e comerciais do país, que se concentravam, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste. Esse “algo mais” foi a política de incentivos que deu origem a Zona Franca de Manaus.

2.1.1. Origem, Dificuldades e Superações do Modelo ZFM

A Zona Franca de Manaus (ZFM) teve origem no Projeto de Lei nº 1.310, de 23 de outubro de 1951, proposta do então Deputado do Amazonas Francisco Pereira da Silva, no entanto a sua criação somente ocorreu com a promulgação da Lei nº 3.173 de 06 de junho de 1957, sendo regulamentada pelo Decreto nº 47.757 de 02 de fevereiro de 1960, em que se estabelecia uma área de livre comércio de importação que abrangeria 200 hectares na cidade de Manaus (SUFRAMA, 2013).

Segundo Salazar (2004):

Essa área deveria ser completamente isolada da cidade de Manaus e nela funcionariam armazéns e instalações portuárias e indústrias, de

forma similar aos demais portos francos existentes em outros países. A área incentivada ficou conhecida como Porto Livre de Manaus e restringia-se praticamente a operações de importações controladas através dos armazéns portuários.

A principal dificuldade enfrentada pelo projeto, logo após a sua criação em 1957, foi a grande carência de infra-estrutura básica para a fixação das indústrias, condenando o projeto Zona Franca ao fracasso, de modo que este não conseguia promover seu real objetivo, no caso, o desenvolvimento regional.

Este foi o motivo que levou os ministros João Gonçalves de Sousa, Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto de Oliveira Campos a elaborarem uma exposição de motivos de número 21, datada 27/02/67 e afixada ao Decreto Lei 288 para a sua aprovação. Nesta exposição era apresentado o maior problema da instabilidade do Projeto ZFM que, segundo os ministros, não conseguiria se firmar, “sem um programa de investimento de longo prazo” (Salazar, 2004).

Além disso, o mesmo ainda apresentava a defesa de um “programa de interiorização do desenvolvimento brasileiro”, juntamente com a “conquista econômica da Amazônia Ocidental” e a “integração da fronteira norte do país”.

Dessa forma, o Decreto Lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967 é aprovado e passa a estabelecer um montante de incentivos fiscais e extra-fiscais às empresas interessadas em fixar-se na área de atuação da ZFM, tornando a região atrativa, fazendo com que o Projeto entre definitivamente em funcionamento

Segundo Lyra (1995), o surto industrial ocorrido no final dos anos 1960 deve-se:

...a duas ordens de fatores positivos que, atuando de modo convergente, possibilitaram que fossem sobrepassadas as desvantagens associadas à localização industrial em uma região carente de matérias-primas e muito distante dos principais centros econômicos do país e do exterior. Foram eles: a) rápida expansão de bens de consumo não duráveis, particularmente os eletroeletrônicos de entretenimento, em um quadro de escassez aguda de divisas que inviabilizava seu abastecimento por meio de importações; b) a ação governamental que, mediante fortes restrições às importações dos referidos bens, poderosos incentivos fiscais ao investimento industrial e as importações em geral na ZFM, atraiu capitais privados para produção na ZFM.

2.1.2. A Política Tributária

A política tributária da região é diferenciada, englobando as áreas Federal, Estadual e Municipal. Alguns desses incentivos especiais têm caráter de isenção ou redução fiscal de vários tributos. Os principais benefícios que constam no Decreto-Lei 288/67:

Art 3º A entrada de mercadorias estrangeiras na Zona Franca, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza e a estocagem para reexportação, será isenta dos impostos de importação, e sobre produtos industrializados.

§ 1º Excetua-se da isenção fiscal prevista no " *caput* " deste artigo as seguintes mercadorias: armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros.

§ 2º Com o objetivo de coibir práticas ilegais, ou antieconômicas, e por proposta justificada da Superintendência, aprovada pelos Ministérios do Interior, Fazenda e Planejamento, a lista de mercadorias constante do parágrafo 1º pode ser alterada por decreto.

Art 4º A exportação de mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou reexportação para o estrangeiro, será para todos os efeitos fiscais, constantes da legislação em vigor, equivalente a uma exportação brasileira para o estrangeiro.

Art 5º A exportação de mercadorias da Zona Franca para o estrangeiro, qualquer que seja sua origem, está isenta do imposto de exportação.

Art 6º As mercadorias de origem estrangeira estocadas na Zona Franca, quando saírem desta para comercialização em qualquer ponto do território nacional, ficam sujeitas ao pagamento de todos os impostos de uma importação de exterior, a não ser nos casos de isenção prevista em legislação específica.

Art 7º As mercadorias produzidas, beneficiadas ou industrializadas na Zona Franca, quando saírem desta para qualquer ponto do território nacional, estarão sujeitas:

I - apenas ao pagamento do imposto de circulação de mercadorias, previsto na legislação em vigor, se não contiverem qualquer parcela de matéria prima ou parte componente importada.

II - e ainda ao pagamento do imposto de importação sobre as matérias primas ou partes componentes importados, existentes nesse produto, com uma redução percentual da alíquota de importação igual ao percentual do valor adicionado no processo de industrialização local em relação ao custo total da mercadoria.

Art 8º As mercadorias de origem nacional destinadas à Zona Franca com a finalidade de serem reexportadas para outros pontos do território nacional serão estocadas em armazéns, ou embarcações, sob controle da Superintendência e pagarão todos os impostos em vigor para a produção e circulação de mercadorias no país.

Art 9º Estão isentas do imposto sobre produtos industrializados todas as mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, quer se

destinem ao seu consumo interno, quer a comercialização em qualquer ponto do território nacional.

Além dos benefícios administrados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e que consistem basicamente na isenção por um período de dez anos do Imposto de Renda – IR e eventual colaboração financeira através do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM (Salazar, 2004).

Segundo Salazar (2004) a força do Decreto 288 estava em apresentar as condições essenciais para “operacionalizar o modelo”.

...em primeiro lugar estabeleceu-se a instrumentalidade básica para a industrialização, isto é, os incentivos fiscais, não ordinários, mas especiais que, juntamente com a abertura ao comércio internacional e outras iniciativas com a vista à atração de tecnologias, capitais estrangeiros e mão-de-obra técnica, permitiria criar uma base intersetorial e integrada no coração da Amazônia. Em segundo lugar criava-se de forma objetiva, embora tímida, as pré-condições e os passos preliminares para a implantação de uma política nacional de desconcentração econômica atrelada a um programa de desenvolvimento regional que permitiria, ao mesmo tempo, a emergência de pólos econômicos sub-regionais alternativos e a redução dos desníveis inter-regionais. E por último, mas não menos importante, colocava-se como requisito básico ao êxito do modelo dotá-lo de condições econômicas que permitissem seu desenvolvimento de forma planejada, isto é, que compensasse as desvantagens locais, em decorrência da grande distância dos centros consumidores nacionais.

Além destes, o Município ainda oferece, segundo o SUFRAMA (2013):

- Isenção de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial urbana;
- Taxas de Serviços de Coleta de Lixo, de Limpeza Pública, de Conservação de Vias e Logradouros Públicos;
- Taxas de Licença para empresas gerarem um mínimo de 500 empregos, de forma direta, no início da atividade, mantendo este número durante o gozo do benefício, estabelecidos na Lei Municipal nº427/1998;
- Por fim, o investidor tem à disposição terreno a preço simbólico, com infra-estrutura de captação e tratamento de água, sistema viário urbanizado, rede de abastecimento de água, rede de telecomunicações, rede de esgoto sanitário e drenagem pluvial.

Com o Decreto-Lei n° 291/67 a composição da Amazônia Ocidental muda, passando a abranger os Estados do Amazonas, do Acre, de Rondônia e Roraima. Tinha-se por objetivo a promoção da ocupação, elevando o nível de segurança e assim manter sua integridade (SUFRAMA, 2013).

Já em 68 com o Decreto-Lei n° 356, os benefícios são estendidos para essas regiões por um período de 30 anos. No entanto, em 86 com o Decreto-Lei n° 92.560 tem a primeira prorrogação dos incentivos, tornando se definitivo com a Constituição de 88, que firmou a concessão dos incentivos até 2013. Mas, em 2003 com a Emenda Constitucional n°42 os mesmos mais uma vez são estendidos até 2023 (SUFRAMA, 2013 e Salazar, 2004).

2.1.3. Pólos econômicos da ZFM

A ZFM compreende três importantes pólos econômicos. O primeiro é o comercial, principal atividade até os anos 1980, enquanto a economia brasileira era ainda fechada. Segundo Maciel, Machado e Rivas (2003), o comércio e serviço existente anterior à implantação da ZFM eram destinados ao consumo interno e as necessidades locais.

Os ramos do comércio eram de produtos alimentícios, bebidas, agropecuários e extrativos, enquanto o de serviços consistia em cafés, bares e botequins. Através de dados do IBGE (1960, 2000), o estudo dos autores conclui que em 1960 havia no estado do Amazonas 3.888 estabelecimentos que ocupavam 10.385 pessoas, contra 7.344 estabelecimentos, em 2000, que ocupavam 83.056 pessoas. Ou seja, ocorreu um crescimento no centro comercial da região, com atração de lojistas e turistas.

O segundo é o pólo industrial de Manaus (PIM), o qual é considerado a base de sustentação do modelo, pois abrange no entorno de 600 indústrias instaladas na Zona Franca, sejam elas nacionais ou multinacionais com alto grau de competitividade com capacidade de suprir o mercado nacional e inserir o Brasil no mercado internacional, segundo a SUFRAMA, com destaque para os segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico.

Segundo o Plano Anual de Trabalho-PAT (2011):

O Programa Pólo Industrial de Manaus tem a responsabilidade de consolidar o Modelo Zona Franca de Manaus contribuindo para o desenvolvimento regional utilizando, de forma sustentável, os recursos naturais, assegurando a viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida da população na área de atuação da Suframa.

Pelo estudo de Maciel, Machado e Rivas (2003) o Estado do Amazonas, que em 1960 na área industrial existiam 313 estabelecimentos que ocupavam 4.395 pessoas, enquanto em 1999 esse número passou para 605 estabelecimentos com 49.532 pessoas empregadas, demonstrando um aumento de 1.027% na mão-de-obra ocupada.

A composição do setor industrial também se alterou muito dos anos 1960 até 2013. Inicialmente, os principais gêneros industriais eram de produtos alimentícios, mobiliário, madeira, química, têxtil, da borracha, vestuários, calçados e artefatos de tecidos. Posteriormente, com o decorrer dos anos foram incorporados a essas atividades os segmentos industriais de fabricação de artigo de borracha, de plásticos, de materiais eletrônicos, de aparelhos e equipamentos de comunicação, de equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, de instrumento de precisão e ópticos, de cronômetros e relógios e de equipamentos de transportes. (IBGE, 1960, 2000, 2013)

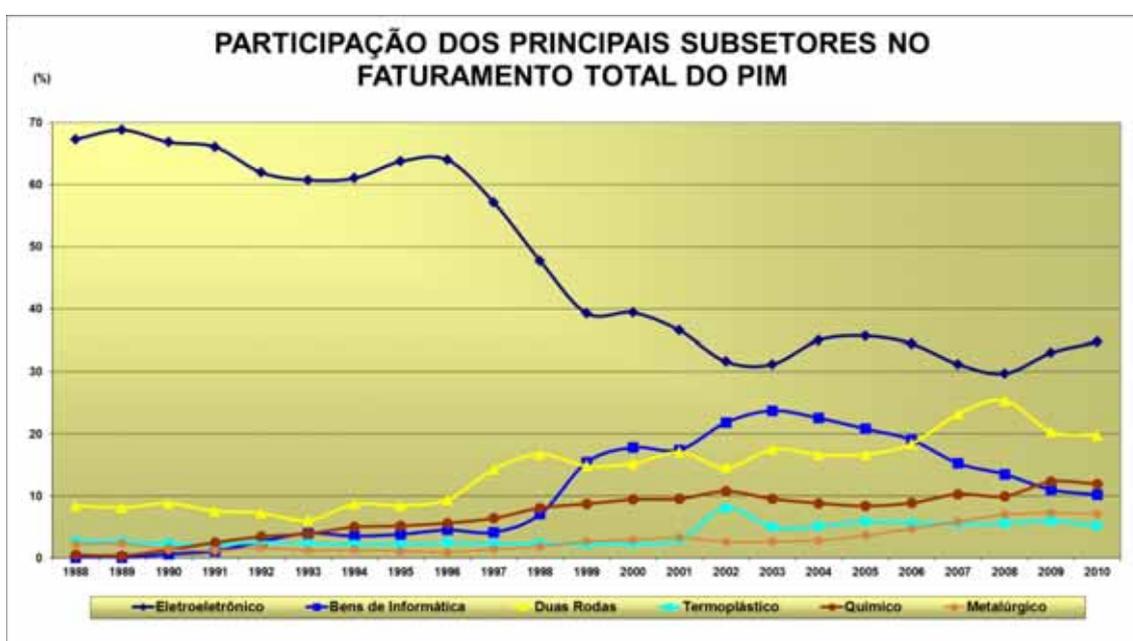


Gráfico 1- Participação dos principais subsectores no faturamento total do PIM
Fonte: SAP/CGPRO/COISE/IBGE

No gráfico 1 tem-se a participação de cada subsetor no faturamento do PIM. Observa-se que o de eletroeletrônico é o que mais se destaca dentre todos e que o de duas rodas no decorrer dos anos tem aumentado a sua participação.

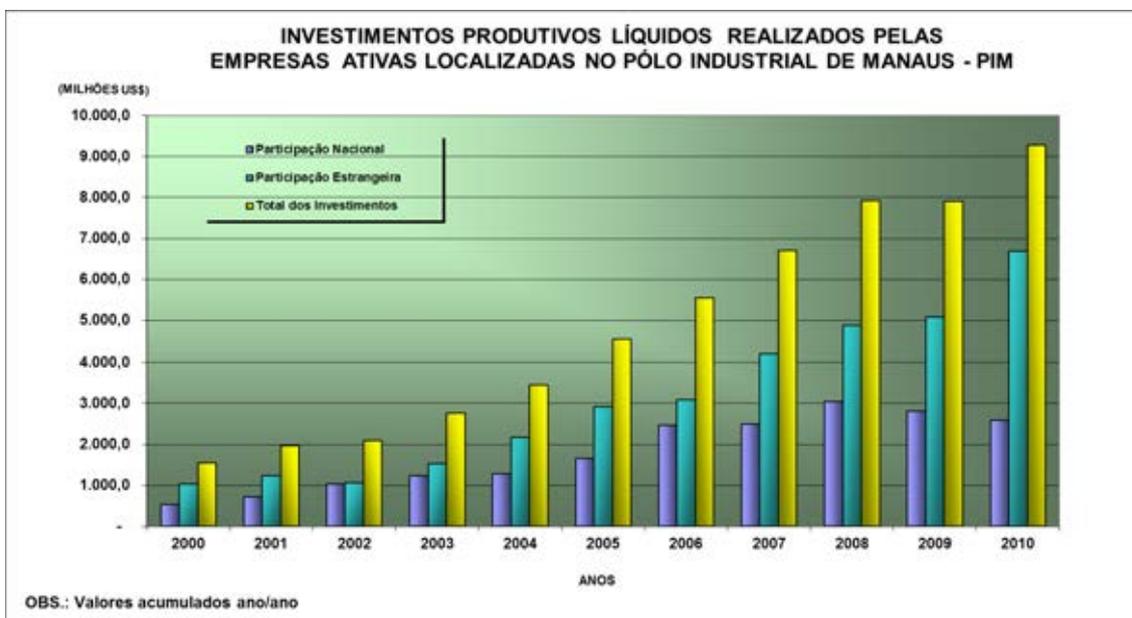


Gráfico 2- Investimentos produtivos líquidos realizados pelas empresas ativas localizadas no PIM
Fonte: SAP/CGPRO/COISE/IBGE

No gráfico 2 têm-se os investimentos realizados pelas as empresas ativas no PIM. É notável que a maior parcela de investimentos é proveniente de investidores internacionais e no decorrer dos anos o montante investido sempre foi maior que o do ano anterior, excetuando 2009, devido os reflexos da crise mundial de 2008, mas mesmo assim manteve-se elevado.

Pelo gráfico 3 tem-se que as maiores exportadoras de março de 2013 foram a Recofarma (26,05%) e a Moto Honda (16,38%) e o mesmo ocorreu no mês de março de 2012, Recofarma (18,09%) e Moto Honda (15,74%).

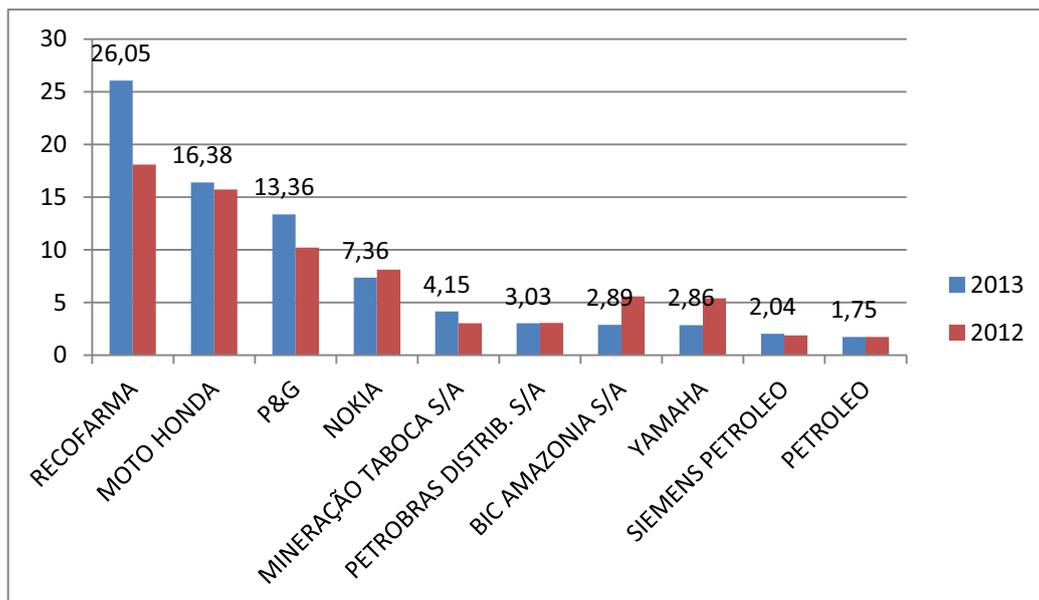


Gráfico 3- Participação (%) das dez primeiras Empresas Exportadoras do Amazonas em março de 2012 e 2013.

Fonte: SEPLAN/MDIC/SECEX

Pelo gráfico 4 tem-se que a maior importadora em março de 2013 é a Samsung com 14,08% de participação seguida pela LG com 7,37%. Em 2012, a Samsung também era a maior importadora com 10,93%.

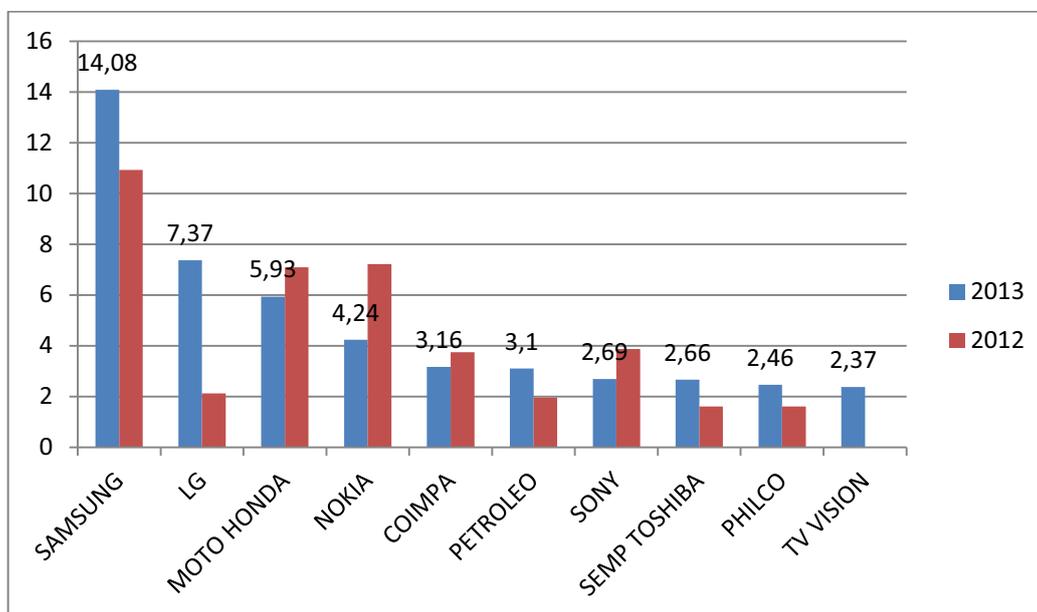


Gráfico 4- Participação (%) das Principais Empresas Importadoras do Amazonas em março de 2012 e 2013.

Fonte: SEPLAN/MDIC/SECEX

Por fim, o terceiro e último, é o pólo agropecuário que engloba atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira, entre outros.

É importante destacar que a atividade pesqueira na região, segundo Salazar (2004) é “uma atividade típica do meio ribeirinho amazônico que permeia todas as outras atividades”. Abastece fundamentalmente a Capital, Manaus, entretanto também possui uma pequena parcela de pescados que são destinados à exportação, principalmente para os norte-americanos, além de garantir a subsistência da maior parte da população ribeirinha. Dessa forma, a piscicultura é uma atividade que possui um regime de safra e entressafra, dependendo do fluxo das águas dos rios e lagos, a qual ocasiona um complemento ao mercado local, devido a sua geração de estoques regulares para a exportação.

2.2. Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

2.2.1. Origem e Principais funções

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) foi criada em 1967 como órgão central de administração da política da ZFM e, em particular, de sua política industrial. Trata-se de uma autarquia com personalidade jurídica e patrimônio próprio, autonomia financeira e com sede e foro na cidade de Manaus (Lyra, 1995).

Dentre as suas atribuições, que consta no Capítulo III, artigo 11 do Decreto Lei 288/67:

- a) Elaborar o Plano Diretor Plurienal da Zona Franca e coordenar ou promover a sua execução, diretamente ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas inclusive sociedades de economia mista, ou através de contrato com pessoas ou entidades privadas;
- b) Revisar, uma vez por ano, o Plano Diretor e avaliar, os resultados de sua execução;
- c) Promover a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento da Zona Franca;
- d) Prestar assistência técnica a entidades públicas ou privadas, na elaboração ou execução de programas de interesse para o desenvolvimento da Zona Franca;
- e) Manter constante articulação com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com o Governo do Estado do Amazonas e autoridades dos municípios em que se encontra localizada a Zona Franca;

- f) Sugerir a SUDAM e a outras entidades governamentais, estaduais ou municipais, providências julgadas necessárias ao desenvolvimento da Zona Franca;
- g) Promover e divulgar pesquisas, estudos e análises, visando ao reconhecimento sistemático das potencialidades econômicas da Zona Franca;
- h) Praticar todos os demais atos necessários as suas funções de órgão de planejamento, promoção, coordenação e administração da Zona Franca.

A SUFRAMA surge com a função primordial de ser uma promotora de investimentos, identificando as alternativas econômicas da região, com intuito de gerar empregos e renda para a região (Revista CEJ, nº55, out/dez/2011).

Segundo Salazar (2004):

Muito mais que uma geradora de incentivos a SUFRAMA foi desenhada, e, na prática dos anos, foi se capacitando e se consolidando para exercer o papel de uma agência de desenvolvimento especial, voltada para ações de caráter extraordinário, no âmbito sub-regional.

A Superintendência tem em sua direção um superintendente nomeado pelo Presidente da República, que é indicado pelo Ministério do Interior além de um secretário-executivo indicado pelo superintendente e também nomeado pelo Presidente. Além disso, é composta por um Conselho Técnico e por Unidades Administrativas, o primeiro tem como principais funções apresentar sugestões na elaboração do Plano Diretor e posterior revisão do mesmo anualmente, aprovar o Regulamento e Regimento Interno da Zona Franca, aprovar o orçamento da Suframa, além de convênios, contratos e acordos firmados pela autarquia. Enquanto a segunda tem as suas atribuições definidas internamente pela Entidade (Decreto Lei 288/67).

Na política Industrial a Suframa também possui interação relevante com a política econômica do país, por exemplo, segundo Lyra (1995):

- 1) Política fiscal, tanto pelo lado dos incentivos fiscais quanto pelo lado dos gastos federais na ZFM (Ministérios da Fazenda e do Planejamento);
- 2) Política industrial e comercial (Ministério da Indústria, comércio e do Turismo);
- 3) Política tecnológica e de informática (Ministério da Ciência e Tecnologia); e

- 4) Política de desenvolvimento da região amazônica (Ministério da Integração Regional).

É importante colocar que a ZFM encontra-se dentro da Amazônia Legal e, portanto está em área de atuação da Sudam, que como já estudado foi extinta, mas recriada em 2007, mas com caráter distinto no que tange aos incentivos que antes coordenava. Os incentivos deste órgão baseavam-se todos no Imposto de Renda de pessoa jurídica.

2.2.2. As Áreas de Livre Comércio (ALCs)

A SUFRAMA também passou a abrigar em sua área de jurisdição a partir de 1989 as chamadas Áreas de Livre Comércio (ALCs). Estas tinham por objetivo o desenvolvimento dos municípios que possuem fronteira internacional com a Amazônia e a sua integração ao Brasil. Cada uma dessas áreas possui uma unidade descentralizada que a Suframa coordena. A desativação de algumas dessas Áreas de Livre Comércio está relacionada com a abertura econômica do país, já que foram criadas nos moldes dos incentivos à importação, e estes no período de abertura econômica do país já não representavam mais uma vantagem comparativa em relação às outras regiões.

Das sete áreas criadas, seis dentro da Amazônia Ocidental e uma em Macapá, sendo a mais importante a de Macapá-Santana.

As setes ALCs são:

- Tabatinga, no Amazonas (Lei nº7.965/89);
- Macapá-Santana, no Amapá (Lei nº8.387/91);
- Guajará- Mirim, Rondônia (Lei nº8.210/91);
- Cruzeiro do Sul e Brasiléia-Epitaciolândia, Acre (Lei nº8.857/94);
- Bonfim e Boa Vista, Roraima (Medida Provisória 418/08).



Figura 6- Áreas de Livre Comércio
 Fonte: SUFRAMA, 2013

2.2.3. SUFRAMA como uma alternativa de Investimento em Tecnologias e Incentivo ao Turismo

A SUFRAMA além das suas funções básicas tem como prioridade o investimento em tecnologia, ciência e inovação, por isso faz acordos e parcerias com centros técnicos com ênfase em desenvolvimento de pesquisa, como o Instituto Alemão Fraunhofer IZM, considerado o maior em pesquisa de alta tecnologia da Europa (SUFRAMA, 2013).

Dentre as principais pesquisas desenvolvidas em Manaus estão às relacionadas com microeletromecânicos, nanoeletromecânicos e biomicrooptoeletrônicos (sensores e encapsulamento), equipamento de medição ambiental e microtecnologias ambientais compatíveis.

Faz se necessário destacar também que a SUFRAMA coordena ações de apoio ao turismo na Amazônia Ocidental, entre elas estão, segundo a SUFRAMA (2013):

- 1) Participação em eventos e reuniões pelo Ministério do Turismo (MTUR);

- 2) Acompanhamento da elaboração do Plano Estadual de Turismo nos Estados, junto ao MTUR;
- 3) Análise e apoio em projetos de infra-estrutura turística da sua área de jurisdição;
- 4) Articulação com órgãos oficiais e entidades de turismo;
- 5) Realização de parceria, objetivando a elaboração, acompanhamento e execução de projetos de desenvolvimento para os Estados da área de atuação da SUFRAMA;
- 6) Apoio e elaboração de estudos e pesquisas para a região

2.2.4. Origem e Administração dos Recursos

No que diz respeito aos recursos da autarquia, estes segundo o Decreto Lei 288/67 são provenientes de dotações orçamentárias ou créditos adicionais que lhe sejam atribuídos, produto de juros bancários, de multas, taxas devidas a Suframa, auxílios, contribuições e doações de entidades públicas ou privadas, internacionais ou estrangeiras e por fim de rendas de serviços prestados ou de sua renda patrimonial.

É importante destacar que a principal fonte de recursos da SUFRAMA é proveniente de serviços prestados às empresas incentivadas. Ademais, essa receita arrecadada por este órgão garante sua sustentação, bem como o desenvolvimento regional, exemplo maior é o investimento destinado à criação das Universidades Federais do Amazonas e do Acre, assim como o financiamento de diversos projetos de pesquisas dessas universidades (Salazar, 2004).

Os recursos arrecadados pela SUFRAMA apesar de serem pouco expressivos em relação aos de outros Estados do país, em poder deste órgão conseguiu transformar e impulsionar o desenvolvimento regional, contribuindo para a diminuição de “buracos” na infra-estrutura econômica e social da região.

É importante evidenciar que a administração dos incentivos nunca foi fácil, sofrendo diversos impactos negativos por parte de “lobbies empresariais do sul do país” ou de “políticas de cunho regionalista”, segundo Salazar (2004). Isto por que o Pólo Industrial de Manaus se tornou ao longo dos anos um forte concorrente às áreas desenvolvidas do Sudeste, prova disso seria a manifestação de diversos ministros contra os incentivos fiscais da SUFRAMA (Salazar, 2004).

Além disso, desde 1997 com a Lei nº9530, segundo Salazar (2004), o orçamento da SUFRAMA vem sofrendo cortes através de emendas do governo federal, que

objetiva usufruir das receitas dos projetos, que são impedidos de serem concretizados, para assim reverter essa renda para a amortização da dívida pública federal.

2.3. Considerações

A aprovação do Decreto-Lei 288, que como já citado anteriormente definiu diversos incentivos e isenções para a região, favoreceu o interesse das grandes empresas pela região. Isto veio a estimular o crescimento industrial local e, de acordo com Seráfico e Seráfico (2005), promoveu a redução das desigualdades regionais e sociais, ou seja, desenvolvimento econômico na região. Mas isto, somente será analisado no terceiro capítulo desse trabalho.

Cabe a ressalva que o modelo ZFM ia ao encontro da necessidade de desconcentração industrial do país e interiorização do desenvolvimento econômico pregado pela ditadura militar.

De acordo com Seráfico e Seráfico (2005) “o que importa é reforçar que a concepção e a decisão de implantação da Zona Franca de Manaus são oriundas de processos e relações mais amplas que efetivam um movimento de descentralização da produção capitalista fora das suas zonas originárias”.

Além disso, outro ponto importante em relação a esse tipo de modelo, segundo Seráfico e Seráfico (2005) e Oliveira (2011) é que a sua criação possui uma relação direta com países ou regiões de capitalismo tardio, uma vez que a principal função desses projetos é o desenvolvimento local e/ou da nação. No entanto, Seráfico e Seráfico (2005) vai além, advertindo que quando findados esses incentivos, caso existisse estagnação econômica na região antes do modelo, esta poderá retornar ou surgir nas regiões que se sustentam suas economias nos mesmos.

Por fim, é interessante conhecer que esse modelo não apresenta incentivos financeiros ao capital, mas sim incentivos tributários aos produtos finais, industrializados na região. Isto segundo Salazar (2004) o diferenciou dos incentivos concedidos pela SUDENE e SUDAM, representando por isso, a sua efetivação e posterior permanência bem sucedida na região da Amazônia Ocidental. Destaque para o seguinte trecho:

...Essa concepção de incentivos à produção mostrou-se política e economicamente correta e tinha o objetivo de só beneficiar empreendimentos que chegassem a se implantar, ou seja, apenas se capacitariam a auferir os benefícios fiscais as empresas que efetivamente chegassem a produzir e faturar bens e serviços (Salazar, 2004).

No que diz respeito à SUFRAMA temos que as suas ações ajudaram em muito na interiorização do desenvolvimento, coordenando os incentivos e investimento em projetos que apoiaram a infra-estrutura econômica, produção, pesquisa e desenvolvimento, formação de capital intelectual e turismo na região. Isso foi possível principalmente por causa de parcerias firmadas entre a SUFRAMA e os governos federais, estaduais e municipais.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DO AMAZONAS A PARTIR DA EVOLUÇÃO DO MODELO ZONA FRANCA

3. Introdução

Esse capítulo possui como objetivo apresentar e analisar a evolução econômica da região de localização da Zona Franca de Manaus, com o intuito de verificar se de fato ocorreu desenvolvimento no Estado do Amazonas após a sua implantação. Para tanto, serão apresentadas as principais fases do modelo ZFM, assim como a avaliação da composição das indústrias instaladas na região, bem como o faturamento do Pólo Industrial de Manaus, a Balança Comercial, o PIB e a composição dos projetos aprovados.

Por fim, através dos indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano- IDH e o Índice de Gini será verificado se ocorreu de fato desenvolvimento social em Manaus e no Amazonas com a implantação e operacionalização da Zona Franca.

3.1. Fases do Modelo Zona Franca de Manaus

A apresentação dessas fases será baseada segundo a classificação estipulada pela SUFRAMA (2013). Essas fases referem-se a uma divisão em períodos do modelo Zona Franca, destacando os principais acontecimentos e mudanças ocorridas no projeto no momento em questão. Ao todo são quatro fases importantes do Modelo ZFM, além da atual.

A) Primeira Fase (1967-1975)

Esse período na economia brasileira é caracterizado pela a industrialização baseada na substituição de importação de bens finais e conseqüente constituição do mercado interno brasileiro. Ademais, o Governo Militar tinha como objetivo conciliar a estabilização macroeconômica com a preservação do crescimento, para tanto o governo elaborou o Plano de Ação e Bases do Governo (Paeg), que propunha a correção de

distorções que conteriam a aceleração inflacionária, promovendo a estabilização monetária sem comprometer o crescimento da economia e a redução das desigualdades regionais e sociais (Rezende, 2010).

De acordo com a Suframa (2013) neste período foi grande a atividade comercial, pois esta não sofria limites nas suas importações excetuando alguns produtos como fumo, armas e munições, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e perfumes. Nesta fase ocorreu também aumento do fluxo turístico doméstico, porque as vendas que eram proibidas no restante do país nessa localidade não sofriam restrição. Além disso, tem-se o desenvolvimento do setor terciário.

Por último, mas tão importante quanto os outros acontecimentos foi o nascimento da atividade industrial com a CKD – Completely Knocked Down e a SKD – Semi Knocked Down (produtos totalmente ou semi desmontados) com livre importação de insumos. Destaque para 1968, ano de lançamento do Distrito Industrial em Manaus.

Segundo Costa (2002) de dados retirados de Paiva (1997):

Até 1969 poucas empresas industriais funcionavam em Manaus, voltando-se, em geral, para o processamento de produtos regionais. A década de 1970 marca a constituição da ZFM enquanto pólo industrial, uma vez que nesse período os incentivos fiscais para a região foram definitivamente regulamentados. Entre 1970 e 1985, o setor industrial teve sua participação elevada, no PIB regional, de 15,1% para 39,8%.

Nessa primeira fase do modelo a Suframa era principalmente caracterizada pela entrada e estocagem de mercadorias, com função aduaneira e foco em Manaus.

B) Segunda Fase (1975-1990)

Esse período engloba a década de 1980, conhecida como década perdida, devido ao processo de expansão inflacionária. Nesta época ocorreu uma série de planos que visavam à contenção da inflação, entre eles o Plano Cruzado, o Plano Cruzado II, o Plano Bresser e o Plano Verão. Dessa forma, a economia perdeu o seu dinamismo e da mesma forma a indústria nacional também, que não recebia investimentos e permanecia arcaica em tecnologia e equipamentos (Costa, 2002).

No entanto no final desse período inicia o processo de industrialização nacional dos insumos no Brasil, principalmente em São Paulo, sendo em 1990 o auge do modelo ZFM, com faturamento de US\$ 8,4 bilhões, 80 mil empregos diretos na indústria, um índice de nacionalização médio de 82% e com investimentos totais na indústria estimados em US\$ 4,0 bilhões (Salazar, 2004).

As principais mudanças no Modelo nessa fase ocorreram através dos Decretos-Leis nº1435/75 e 1455/76, em que o Governo fixa os Índices Mínimos de Nacionalização para produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, assim como para os comercializados em outras localidades do país. Ademais, tem-se o crescimento da indústria de montagem em Manaus, que acaba por fomentar a indústria nacional de componentes e insumos. Entretanto, por causa desse período ser marcado pela instabilidade econômica e pouco incentivo às indústrias o setor comercial continua sendo o mais importante para a região.

A Suframa nessa fase passa a gerenciar os incentivos e o controle de projetos Industriais, atuando nos estados da Amazônia Ocidental, devido à criação das ALCs e das unidades descentralizadas que as coordena.

C) Terceira Fase (1991-1996)

Período de grande transformação no Brasil, decorrente da abertura econômica, através da nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), da redução do Imposto de Importação para o restante do país e implantação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBPQ) e do Programa de Competitividade Industrial.

Dessa forma a Zona Franca de Manaus perde as suas vantagens comparativas, reduzindo consideravelmente o seu comércio, devido à queda no Imposto de Importação (caiu no entorno de 88% pelo Decreto-Lei nº8387 de 1991). Além disso, tem a extinção dos limites máximos globais de importação (Decreto-Lei nº205 de 1991). Isso provoca um decréscimo na indústria local, no que diz respeito aos empregos reduziu para 48 mil e o faturamento para US\$ 4,5 bilhões, somente retomando o crescimento no ano de 1994 com entorno de 543 empresas industriais em atividade e faturamento de US\$ 8,8 bilhões (Salazar, 2004).

Ocorreu nessa época também a substituição do Índice mínimo de nacionalização pelo Processo Produtivo Básico, que será explicado posteriormente. Com essa modificação as indústrias locais precisaram se adaptar, principalmente as de produção de Bens e Serviços de Informática da região, que através da Lei nº8387/91, deveriam investir no mínimo 5% do seu faturamento bruto em P&D, as quais devem ser realizadas na Amazônia.

Além disso, as indústrias foram obrigadas a implantar novas técnicas de qualidade, seguindo os padrões do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), o que terminou por modernizar o Pólo Industrial de Manaus (automação, qualidade e produtividade).

A Suframa nesse período começa a atuar no gerenciamento dos Processos Produtivos Básicos (PPBs), atraindo e promovendo investimentos, além de desenvolver ações positivas capazes de refletir no Pólo Industrial de Manaus (PIM), intensificando os investimentos em toda a sua área de jurisdição. É considerada a partir desse “período o braço político federal na região”.

D) Quarta Fase (1996-2002)

A economia brasileira nesse período consiste em uma fase de adaptação à economia globalizada e pelos ajustes e efeitos do Plano Real, ocorridos através das privatizações e desregulamentações.

A política intencional inclui a função exportação, com finalidade de estimular as vendas externas do Pólo Industrial de Manaus, ademais passa a valer um novo critério de repasses de recursos, com fins de tornar a distribuição mais equitativa.

Tem-se nesse período a criação do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM) com objetivo de ampliar a competitividade das indústrias da região, assim como a criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia-CBA em 2002.

Nesta fase a autarquia começa a apresentar um caráter mais regional, mediando os interesses locais. Firma seu planejamento estratégico, aperfeiçoa seus sistemas de

controle, inclui a função tecnológica e realiza a primeira Feira Internacional da Amazônia (FIAM).

E) Fase Atual

Envolve políticas como a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e a Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que dão ênfase na eficiência produtiva, capacidade de inovação das empresas e expansão das exportações. A primeira prevê um aumento na formação bruta de capital fixo, maior gasto do setor privado em P&D e ampliação de exportações, tanto das pequenas como grandes empresas.

As principais características apresentadas pelo Modelo atualmente são, em relação aos Processos Produtivos Básicos (PPBs), os produtos fabricados no PIM possuem em sua definição atual maior adensamento das cadeias produtivas nacionais, inclusive dos biocosméticos. Observa-se uma busca maior para a inserção internacional da região, através de acordos de comércio exterior, eventos de promoção comercial como a Feira Internacional da Amazônia (FIAM).

Também se busca um maior adensamento tecnológico no Pólo Industrial de Manaus, através de investimentos em institutos de Pesquisas Regionais provenientes de recursos destinados à P&D determinados pela Lei da Informática em vigor. Assim como, investimentos em projetos de modernização produtiva e infra-estrutural, como construção de aeroportos, estradas, estruturas turísticas, projetos pilotos de produção e capacitação de mão-de-obra.

Nesse período a Suframa aperfeiçoa o seu planejamento estratégico e de gerência do desenvolvimento regional. Além disso, inclui projetos para o fortalecimento do PIM, aproveitando os potenciais regionais através principalmente do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM) e o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)

3.2. Impactos Econômicos do Modelo no Estado do Amazonas

Com base nos estudos de Maciel, Machado e Rivas (2003) será apresentada uma síntese econômica do Estado do Amazonas após a implantação do modelo Zona Franca de Manaus até os anos 2000. De 2000 até 2013 os estudos apresentados são referentes a estudos próprios a partir de dados retirados do SEPLAN, IBGE, Atlas Brasil 2013 e da SUFRAMA.

A) Balança Comercial

A Balança Comercial do Amazonas, segundo a SEPLAN- Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, apresentou um saldo positivo em sua balança comercial pela última vez em 1965 (US\$ 53 milhões), resultado do “grande volume das exportações dos produtos tradicionais ao exterior, como a borracha, castanha, sorva, juta prensada, óleo de pau-rosa, madeira, cacau, guaraná em grão, peixes ornamentais, entre outros” (SEPLAN 2011).

Com a criação da Zona Franca de Manaus, o saldo da Balança Comercial do Amazonas tem sido historicamente negativo, em virtude do elevado número de importações de componentes estrangeiros para a fabricação dos mais variados produtos pelas indústrias que se instalaram na região. Ver Quadro 1.

De 1965 a 2001 as exportações do Amazonas registraram um aumento de 7.963%, obtendo o melhor desempenho no período de 1998-2001, em que apresentou um crescimento de 219,80% contra 9,60% das importações (Maciel, Machado e Rivas (2003) baseados em dados da SECEX, 2002)

A partir de 2001 até 2008 é acentuado o crescimento tanto das importações quanto das exportações, mas no que diz respeito a esta última é necessário destacar que a sua importância aumentou, sendo notável a queda na diferença em relação às importações.

Com a crise mundial de 2008, que afetou EUA e a União Européia, os efeitos somente são sentidos no ano de 2009 com decaimento das importações e exportações, mas logo em 2010 nota-se um novo crescimento. Entretanto, a diferença

quantitativamente entre as duas variáveis da Balança Comercial se acentua novamente, isto é devido às incertezas de investidores internacionais em relação ao país, por causa da última grande crise em 2008, mas que não deverá afetar muito a região, por causa da política de incentivos, que acaba por fornecer certa estabilidade ao capital estrangeiro (SEPLAN, 2011).

Ano	Exportação Valor (A)	Importação Valor (B)	Saldo (A)-(B)
2001	851.398	3.347.110	-2.495.712
2002	1.064.860	3.082.166	-2.017.306
2003	1.301.078	3.456.402	-2.155.324
2004	1.160.281	4.333.665	-3.173.385
2005	2.150.326	5.219.334	-3.069.008
2006	1.533.737	6.258.390	-4.724.652
2007	1.107.107	6.840.059	-5.732.953
2008	1.268.034	10.023.628	-8.755.594
2009	883.866	6.939.192	-6.055.326
2010	1.119.252	11.055.184	-9.935.933
2011	914.073	12.729.668	-11.815.595
2012	988.429	13.394.873	-12.406.444
2013*	87.955	1.060.727	-972.772

Quadro 1- Balança Comercial do Estado do Amazonas em milhões de US\$ F.O.B

Fonte: Criação própria a partir de dados da SEPLAN 2011

(*) Dados levantados até Março de 2013

B) Produto Interno Bruto

Fazendo-se uma análise da evolução do PIB da região do Amazonas desde a criação da ZFM, percebe-se uma vertiginosa expansão econômica da região, muito superior a do Brasil como um todo. Como é destacado por Lyra (1995) no seguinte trecho:

A velocidade do processo de expansão econômica do estado do Amazonas a partir do surgimento da ZFM não pode ser considerado menos do que notável. Com efeito, entre 1970 e 1985, o PIB do Amazonas multiplicou-se por 4, em circunstâncias em que o PIB brasileiro, que durante a maior parte desse período evoluiu muito rapidamente, multiplicou-se por apenas 2,8.

Esse crescimento do PIB continua até os dias atuais, destacando que o setor industrial e de serviços são os principais componentes da economia amazonense, como pode ser visto no Quadro 2.

	Agropecuária	Indústria	Serviço	Valor Adicionado Total (R\$ 1000)
2002	1.311.385	8.034.241	8.825.964	18.171.590
2003	1.267.561	9.449.865	10.263.249	20.980.675
2004	1.168.587	11.629.078	12.119.797	24.917.462
2005	1.459.262	12.322.607	14.062.215	27.844.084
2006	1.646.781	15.066.528	16.263.177	32.976.486
2007	1.679.047	14.850.159	18.444.984	34.974.190
2008	2.053.040	15.715.005	20.229.848	37.997.893
2009	2.143.601	17.316.924	22.258.194	41.718.720
2010	3.103.964	21.925.043	24.956.436	49.985.442

Quadro 2- Produto Interno Bruto do Estado do Amazonas por atividade no período de 2002 a 2010
Fonte: Criação própria a partir de dados do IBGE/SEPLAN/AM

Adicionando os impostos líquidos de subsídios (R\$ 9.793.849) ao valor adicionado do PIB em 2010 (R\$ 49.985.442), observa-se que o PIB de 2010 alcança a

marca de R\$ 59.779.292, sendo que o principal destaque vai para Manaus com participação de R\$ 48.598.153 no PIB Municipal (SEPLAN, 2011).

Segundo a SEPLAN são 17 atividades que compõem o PIB Municipal:

Agropecuária – Agricultura (lavouras temporárias e lavouras permanentes), Pecuária (criação de bovinos e outros animais, criação de suínos, criação de aves), Exploração vegetal, silvicultura e Pesca

Setor Secundário – Indústria Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços de Utilidade Pública (fornecimento de água, luz, telefone, gás) e Construção Civil.

Setor Terciário – Comércio Atacadista, Comércio Varejista, Alojamento e Alimentação, Transporte, Serviço de Informações, Intermediação Financeira, Atividades Imobiliárias e Aluguel, Serviços Prestados as Empresas, Administração Pública, Educação Mercantil, Saúde e Serviços Sociais e Demais Serviços.

C) Desenvolvimento dos setores primário, secundário e terciário

O primeiro impacto na região é em relação ao setor de produção, anteriormente ao modelo o setor primário, responsável pela atividade agropecuária era considerado o maior, com a atração e posterior instalação de indústrias, tem se uma redução nos níveis da atividade rural no Estado.

Pelos autores Maciel, Machado e Rivas (2003), com base na SEAD (2002) “a participação da agropecuária na composição do PIB entre 1986 a 1999 constata esse fato, pois passou de 6,93% em 1986 para 2,66% em 1999”.

Entretanto, analisando o Quadro 2 tem-se a partir de 2005 a retomada do crescimento no setor agropecuário, atingindo 5,19% do PIB em 2010. Constata-se então que o setor primário oscilou no decorrer desses 46 anos de Modelo Zona Franca, ora crescendo, ora declinando na participação da produção econômica.

No que diz respeito à evolução industrial do Estado, em 1970 o número de indústrias era 604, sendo 108 de indústrias modernas e 496 de indústrias tradicionais. Já no final da década de 1980 o total de indústria na região atingiu 998, das quais 153 correspondiam à indústria moderna e 845 à indústria tradicional (Lyra, 1995).

Atualmente, segundo a Suframa o número de indústrias no Estado está no entorno de 600 empresas instaladas. Essa queda em relação a 1970 ocorreu a partir de

1991-1992, início do Governo Collor, responsável pela intensificação da abertura comercial. Como esta foi feita de uma maneira que não fornecia proteção à indústria nacional, a mesma acabou sendo massacrada nesse período.

No caso do Estado do Amazonas, as indústrias que estão localizadas principalmente no Pólo Industrial de Manaus, perderam as suas vantagens, de forma que ocorreram diversas falências, somente permanecendo no mercado aquelas indústrias que se modernizaram.

Dessa forma, as indústrias que estão situadas no Estado, apesar de serem, em quantidade, quase iguais ao registro de 1970, hoje são indústrias de alta tecnologia, que se modernizaram para sobreviver ao mercado competitivo.

Em 1970 a indústria de transformação representava 12% do PIB do Estado Amazonas, alcançando 48% do PIB em 1985, segundo Lyra (1995). Até 2010 observa-se pelo Quadro 3 que a participação da indústria no PIB estabilizou-se no entorno de 36%.

ITEM	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
AGROPECUARIA	6,1	5,1	3,8	4,4	4,2	3,9	4,37	4,32	5,19
INDÚSTRIA	36,9	37,8	38,4	38,9	38,5	35,3	33,83	34,90	36,67
SERVIÇO	40,4	41,1	40,0	42,2	41,5	44,0	43,06	44,86	41,74
IMPOSTO	16,6	16,0	17,8	14,5	15,8	16,8	18,75	15,91	16,40
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Quadro 3: Participação relativa do Produto Interno Bruto do Estado Amazonas por atividade econômica e impostos líquidos de subsídios (2002/2010)
Fonte: SEPLAN, 2012

D) Manaus como centro econômico

O município de Manaus tem concentrado ao longo da história a maioria absoluta dos empreendimentos industriais incentivados pelo modelo ZFM. Em 2001, Manaus concentrava 92,79% dos empreendimentos industriais incentivados, 99,38% dos investimentos fixos realizados e 97,62% do nível total de empregos. Em 2010 a concentração de indústrias na capital Manaus caiu para 94,9% (SUFRAMA, 2002 ; Maciel, Machado e Rivas, 2003, SEPLAN, 2012).

Em decorrência dessa concentração industrial a capital passou a desempenhar uma maior participação no PIB do Estado. Ver Quadro 4

	1970	1980	1990	1996	2009	2010
Participação (%)	64,27	84,15	86,16	82,61	81,6*	81,29*

Quadro 4: Participação (%) de Manaus no PIB do Estado do Amazonas

Fonte: Criação própria a partir de dados de Maciel, Machado e Rivas(2003), Virgulano et al (2002), SEPLAN (2009/2010)

(*) Estimativa própria a partir de dados da SEPLAN, 2012

Além disso, concentrou a maior parte da receitas tributárias, arrecadando anualmente 98% do total no período de 1995 a 1999, enquanto que em 2000 e 2001 arrecadou 97,27% e 96,64%, respectivamente. Já em 2010 a capital do Estado aumentou a arrecadação, no entorno de 98,15% (SEFAZ.AM , 2002 ; Maciel, Machado e Rivas, 2003, SEPLAN 2012).

Conclui-se que de longe, a capital amazonense é a que mais reteve as indústrias, os investimentos e as arrecadações de tributos, demonstrando que é economicamente é a principal cidade do Estado.

E) Estagnação Econômica do Interior

Em sentido oposto ao que aconteceu com a capital do Estado, o interior se estagnou, demonstrando assim uma falha na concepção do projeto Zona Franca de Manaus, que sempre visou o desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Pois em 2001 concentrou menos de 7,21% dos empreendimentos, menos de 0,62 dos investimentos fixos realizados e menos de 2,38% do nível de empregos gerados. Em 2010 a porcentagem de concentração de empreendimentos industriais é ainda menor, 5,1%. (SUFRAMA, 2002; Maciel, Machado e Rivas, 2003, SEPLAN, 2012)

	1970	1980	1990	1996	2009	2010
Participação (%)	35,73	15,85	13,84	17,39	18,4*	18,71*

Quadro 5: Participação (%) do Interior no PIB do Estado do Amazonas

Fonte: SEAD (2002), Maciel, Machado e Rivas, 2003), SEPLAN, 2012)

(*) Estimativa própria a partir de dados da SEPLAN, 2012

Observa-se pelo Quadro 5 que o Interior desempenha um papel pequeno no PIB amazonense, mas que no decorrer dos anos vem apresentando um crescimento, demonstrando que a situação do Interior no PIB do Estado está se modificando.

Com isso, concentrou a menor parcela na arrecadação tributária do Estado, com 1,97% no período de 1995 a 1999, ocorrendo nos anos seguintes, 2000 (2,73%) e 2001 (3,36%) um aumento relativo da participação. Em 2010 o índice foi o menor de todos, registrando 1,85% da arrecadação de todo o Estado.

F) Os efeitos do Governo Collor no Faturamento do PIM

A Nova Política Industrial e de Comércio Exterior, visava à abertura comercial do país, fazendo com que as fronteiras e barreiras que protegiam a indústria interna fossem eliminadas gradativamente.

Essa política era caracterizada pela eliminação gradual das quotas anuais de importação junto com os índices de nacionalização (relação entre a parcela nacional e importada que compõem cada produto). De acordo com as políticas Operacionais do BNDES, somente produtos fabricados no Brasil e com índice de nacionalização de no mínimo 60% eram passíveis de financiamento pelo cartão BNDES.

Dessa eliminação foi criado para sua substituição um novo critério de avaliação da produção, o chamado Processo Produtivo Básico – PPB, que consiste, segundo a Lei nº 8.387/91 no “conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto”.

Visava-se com isso estimular as indústrias brasileiras a investir mais em suas etapas produtivas como, por exemplo, através da criação de um departamento de P&D, que intensificassem as pesquisas em desenvolvimento do produto, como ocorreu com os bens de informática na Zona Franca de Manaus. Com a Lei da informática (nº8.387/91) as indústrias de bens e serviços fixadas na Zona Franca de Manaus deveriam investir no mínimo 5% do seu faturamento bruto na área de pesquisa.

No entanto, segundo Possignolo (2000) em alguns casos isso não foi vantajoso, pois o produtor final era obrigado a adquirir insumos de qualidade inferior e com preços acima dos ofertados no mercado internacional, renunciando em alguns casos de uma verticalização presente na própria fábrica, em busca de uma maior especialização da etapa final de agregação de valor.

Esse período foi de grande crise na economia do PIM, pois as importações foram liberadas em todo território nacional e sem proteção alguma às indústrias nacionais eram massacradas pela concorrência internacional.

Segundo Salazar (2004):

Essa política, chamada por alguns de “choque de modernidade”, efetuada sem o mínimo de planejamento, na improvisação e no afogadilho, consistiu simplesmente em um “choque de irresponsabilidade”, abrindo as fronteiras do país à concorrência internacional, isto é, fechando os postos de trabalhos nacionais conquistados ao longo de trinta anos e favorecendo a criação de empregos na Ásia e em outras partes do mundo.

	1970	1975	1980	1985
Valor da Produção *	8,11	34,72	121,00	153,56

Quadro 6: Valor da Produção Industrial no Amazonas (1970/1985)

Fonte: Criação própria a partir de dados do IBGE, FGV apud Lyra 1995

(*): Em Cr\$ mil de 1980, com base no IPA-OG da FGV

No período de 1970-1985 a produção industrial do Estado do Amazonas correspondia basicamente ao faturamento do PIM, pois a maioria das empresas se alojavam na capital, Manaus, não diferente do que acontece atualmente, como foi avaliado anteriormente. Dessa forma, observa-se pelo Quadro 6 que o faturamento na região é crescente no período considerado, demonstrando que o Projeto Zona Franca surtia efeito positivo na região.

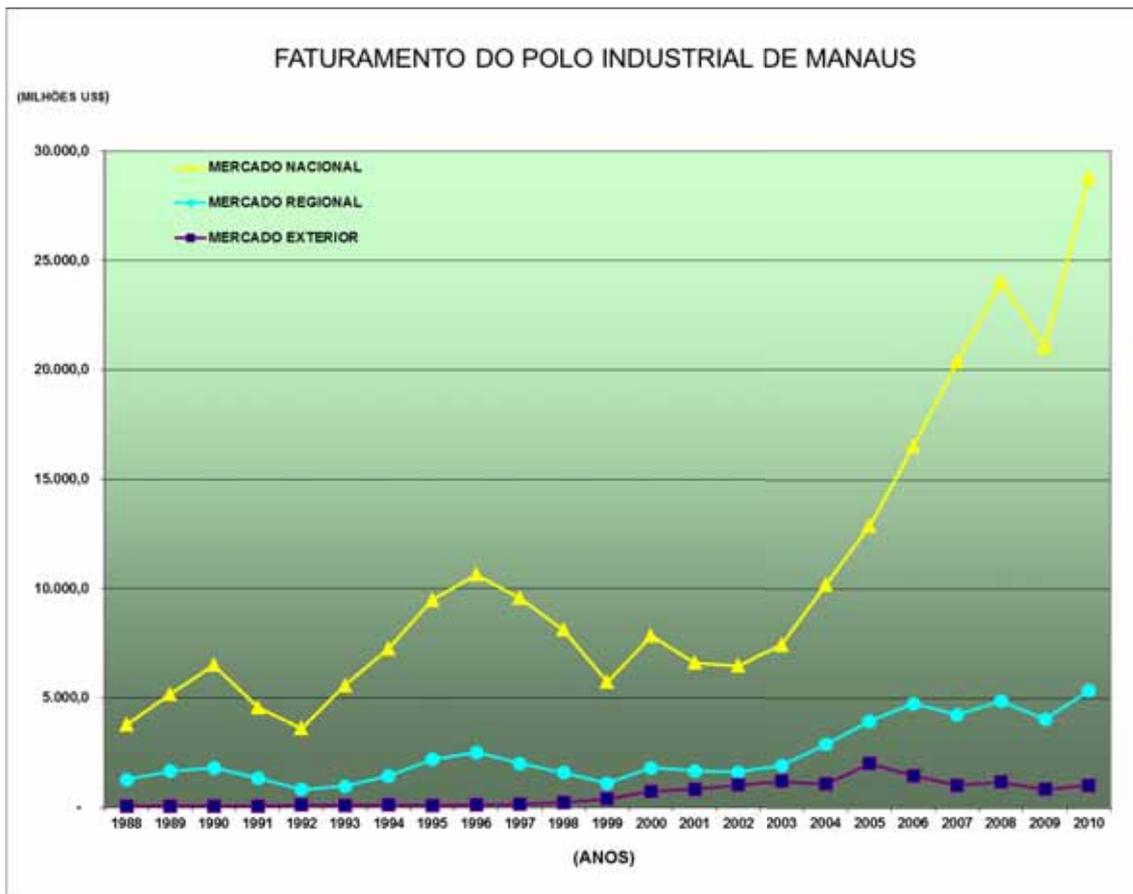


Gráfico 5- Faturamento do PIM (1988/2010)

Fonte: COISE/CGPRO/SAP

Temos pelo gráfico 5, que o auge do faturamento do PIM ocorreu antes do Governo Collor, em 1990, faturando no entorno de 8 bilhões de dólares, gerando aproximadamente 80 mil empregos diretos (vide gráfico 7). Em 1992, devido à nova política governamental nota-se que o faturamento reduziu-se quase pela metade do que o ano de maior arrecadação, acompanhada de uma queda nos empregos, que caiu para 40 mil empregos diretos (vide gráfico 7).

Fica evidente que a concorrência dos produtos internacionais desestabilizou e interrompeu uma fase de crescimento e consolidação do PIM, desativando diversas empresas, principalmente da indústria de componentes que fechou 18 empresas, sacrificando 6000 postos de trabalho. Em virtude desses sacrifícios de investimentos na região, ocasionados pela nova política edita-se a Lei 8.387/91 para tentar uma adequação do PIM à abertura comercial do Brasil, através da criação de condições que beneficiassem o Parque Industrial de Manaus. Para as empresas que se mantiveram mesmo com a crise o efeito foi benéfico, pois se tornaram mais competitivas, uma vez

que precisaram reduzir seus preços, investir em modernização, em automação, em gestão de qualidade e terceirização, melhorando consideravelmente assim os seus produtos e ajudando nas exportações. (Salazar, 2004)

Entretanto, segundo o autor a crise continuou devastadora, pois gerou uma massa de desempregados em Manaus, contribuindo para problemas sociais e aumentando a violência na cidade.

O primeiro sinal de superação da crise veio em 1993, devido ao esforço das empresas que conseguiram sobreviver à falência e se modernizaram, conquistando investimentos, isto refletiu em um faturamento próximo dos 7 bilhões de dólares neste ano. A recuperação continuou em 1994, por causa de um grande esforço empregado para a manutenção da indústria nessa região, e pela primeira vez o faturamento ultrapassou o de 1990.

É importante ressaltar ainda para o ano de 1994 a instabilidade cambial, juntamente com algumas crises internacionais afetou diretamente a indústria nacional, uma vez que o governo decidiu por uma política restritiva. Esse tipo de política fixou uma quota de importação, mas não foram grandes os efeitos no PIM

Segundo Salazar (2004):

O nível de faturamento nos anos de 1995 e de 1996 ultrapassou o marco de 1990. Em 1995 o PIM faturou 11,7 bilhões e em 1996 US\$ 13,3 bilhões, o maior faturamento alcançado em sua história. Nesses dois anos o contingente empregado foi de aproximadamente 64.000 trabalhadores, considerando aí a mão-de-obra terceirizada.

Nos anos seguintes devido às imposições do Governo e à política recessiva a economia do PIM enfrentou diversos problemas, como o desemprego estrutural que afetou toda a economia brasileira. O que provocou um encolhimento no faturamento do PIM nos anos 1997, 1998 e 1999 com registro de US\$ 11,7 bilhões, US\$ 9,9 bilhões e US\$ 7,2 bilhões, respectivamente. Em 2000 retomou o crescimento com faturamento de US\$ 10,4 bilhões, reduzindo em 2001 para US\$ 9,0 bilhões (Salazar, 2004).

A partir de 2003 até 2008 o PIM bateu recordes de faturamento, como apresentado no gráfico 5, somente registrando queda em 2009 devido à crise de 2008

que começou nos EUA e afetou diversos países, principalmente os situados na União Européia (Portugal, Espanha, Grécia e Itália).

Como a Economia do Amazonas possui uma economia muito concentrada na indústria também sofreu muito com a crise e assim afetando as receitas do PIM. Entretanto a recuperação do Pólo ocorreu logo no ano de 2010, atingindo novamente recordes de faturamento, demonstrando que a crise já havia sido superada em um prazo de dois anos. Observar desempenho do Estado no Gráfico 6.

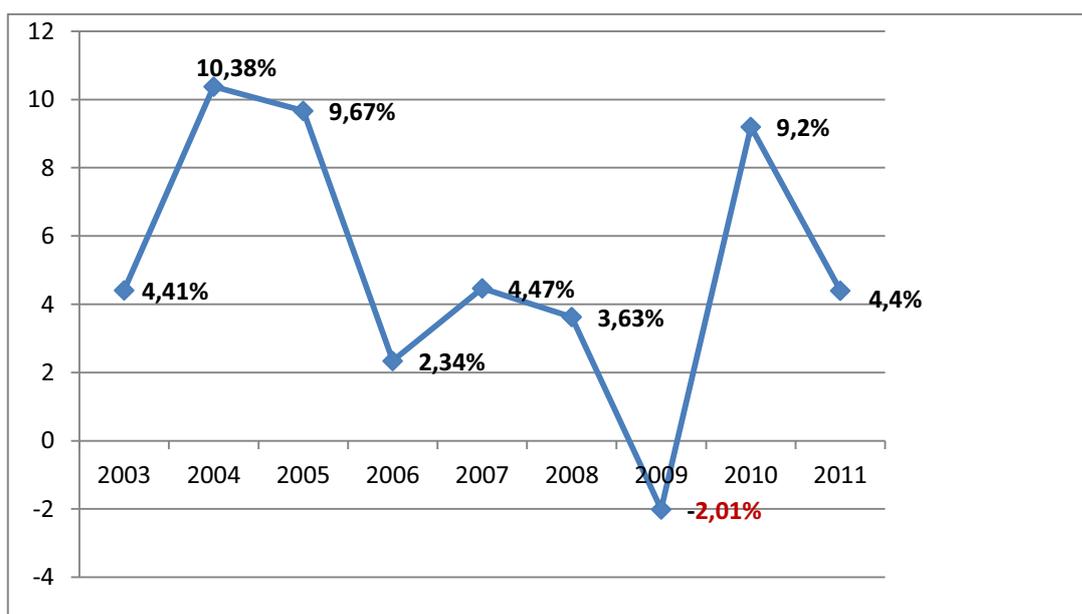


Gráfico 6- Crescimento Econômico do Estado do Amazonas 2003-2011
Fonte: DEPI/IBGE/SEPLAN 2012

De acordo com a SEPLAN os investidores ainda ficam assustados com a crise de 2008, no entanto a Secretaria de Planejamento afirma que a indústria local como está amparada por incentivos fiscais apresenta certa estabilidade econômica para investimento.

G) Nível de Salários

Analisando o Quadro 7, tem-se que de 1988 a 1991, o nível dos salários é crescente, enquanto o período de 1991 a 1992 (Governo Collor) ocorreu uma queda vertiginosa. Já no período de 1993 a 1997 novamente os salários apresentam uma trajetória ascendente, com uma marca bem próxima a de 1990. Por sua vez, o período de 1998 a 2002 é marcado por oscilações, ora cresce, ora diminui, por causa da instabilidade do câmbio associada com uma política econômica restritiva.

ANOS	Média Mensal		Relação (Salário Médio Anual) (C = A / B)
	Salários em US\$ 1,000 (A)	Mão-de-Obra (*) Ocupada (B)	
1988	14.872,3	60.669	245,14
1989	21.106,2	66.900	315,49
1990	31.034,5	76.798	404,11
1991	20.658,5	58.875	350,89
1992	12.709,4	40.361	314,89
1993	14.049,8	37.734	372,34
1994	17.767,4	41.477	428,37
1995	25.539,8	48.761	523,77
1996	28.554,6	48.494	588,83
1997	30.836,2	50.773	607,33
1998	27.482,3	45.573	603,04
1999	15.566,2	38.601	403,26
2000	19.287,8	43.896	439,40
2001	16.898,2	48.473	348,61
2002	15.227,0	51.149	297,70
2003	17.268,5	56.743	304,33
2004	24.166,6	69.208	347,50
2005	38.488,8	81.013	475,09
2006	50.810,4	88.201	576,08
2007	56.255,3	89.024	631,91
2008	70.035,1	96.906	722,71
2009	60.625,4	84.931	713,82
2010	76.864,0	92.863	827,71

Quadro 7: Setor Industrial/ Salários X Mão-de-obra efetiva ocupada/
Período de 1988 a 2010

Fonte:SAP/CGPRO/COISE

(*):exceto mão-de-obra terceirizada e temporária

Por fim, de 2003 a 2008 a margem salarial aumenta consideravelmente, registrando pela primeira vez em 2005 um valor maior que 1990. Em 2008, ano da crise, reflete em queda nos salários de 2009, mas o crescimento salarial logo é retomado, batendo recorde novamente em 2010.

É possível observar também pelo Quadro 7 que o Salário Médio Anual do Setor Industrial de 1988 para 2010 teve um aumento de 337,64%.

3.3. A Evolução Social do Estado do Amazonas e de Manaus a partir da ZFM

A) Crescimento da população e Evolução da Mão de Obra

Após a instalação das indústrias na ZFM ocorreu um surto de migração para a região devido à grande demanda de mão-de-obra por parte das empresas, segundo

Maciel, Machado e Rivas (2003) no período de 1940 a 1960 o crescimento do emprego no setor secundário foi de 28,78%, enquanto entre 1960 e 1999 foi de 1.027,01%, de forma que no período de 1940 a 1999 a evolução do emprego foi de 1.351,28%.



Gráfico 7- Evolução da Mão-de-obra

Fonte: SAP/CGPRO/COISE

(*) A partir de 1998 houve a inclusão da Mão-de-obra Efetiva+ Temporária

(**) Corresponde a média mensal de Empresas informantes do Sistema de Indicadores Industriais com Projetos Aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA. OBS.: Refere-se a acompanhamento conjuntural junto às empresas incentivadas.

Como pode ser visto no gráfico 7, com a Política do Governo Collor para a abertura econômica, em 1992 e 1993 quebra-se o crescimento contínuo da mão-de-obra no Pólo Industrial de Manaus. No entanto, nos anos que se seguiram a ocupação da mão-de-obra se recuperou até o ano da crise mundial de 2008, que se refletiu nos resultados de 2009, mas logo em 2010 o crescimento da mão-de-obra ocupada foi retomado.

De acordo com Maciel, Machado e Rivas (2003) e de dados retirados do IBGE (2002), “a população da capital foi multiplicada em até oito vezes no período de 1960 a 2000, destacando-se como a capital brasileira que mais cresceu percentualmente em termos populacionais”. Enquanto que o Estado do Amazonas apresentou:

O crescimento aritmético médio anual no período de 1940-1950 foi de 1,74 e passou para 5,08 em 1970-1980, quando ocorreu a melhor fase de desenvolvimento da ZFM. Entre 1960-2000, a população do Estado foi multiplicada por cerca de 4 vezes. (SECEX, 2002)

O contínuo crescimento da população e da mão-de-obra no período de 2000 a 2010 demonstra que a região ainda é atrativa para pessoas provenientes de outros Estados, principalmente àqueles economicamente estagnados e sem condições de empregar a massa trabalhadora desempregada. Ver gráfico 8

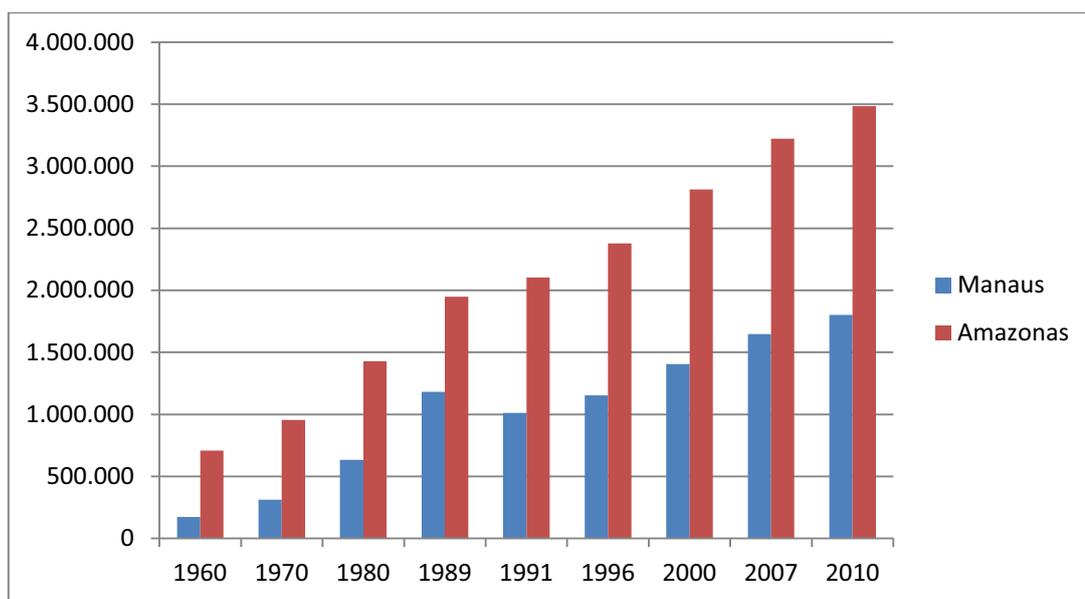


Gráfico 8- Evolução da População
Fonte: Criação própria a partir de dados do IBGE 2013

B) Índice de Desenvolvimento Humano

Antes de se avaliar o IDH é necessário entender que esse índice compreende três dimensões sociais. Primeiro refere-se à saúde e é elaborado com base na esperança de vida ao nascer, o segundo diz respeito à educação e é calculado com base na taxa de alfabetização de adultos, associado à taxa de matrícula nos três níveis de ensino. O terceiro e último reflete a renda das pessoas mesurada pelo PIB per capita com resultado em PPP\$ (dólar da paridade do poder de compra) (RDH 1997).

De acordo com Maciel, Machado e Rivas (2003) o primeiro componente do IDH do Estado do Amazonas, a esperança de vida, no período de 1970 a 1996 teve um crescimento de 24,57%. Enquanto que o segundo componente, a taxa de alfabetização

de adultos aumentou 26,91% e o terceiro componente o PIB per capita (US\$ PPC) cresceu 259,40% para o mesmo período.

Conclui-se então a partir desse estudo que o IDH, resultante desses três componentes elevou-se no entorno de 77,35% no período de 1970-1996, mudando a classificação do Estado do Amazonas de baixo desenvolvimento ($IDH < 0,5$) para a classificação de médio desenvolvimento humano ($0,5 \leq IDH < 0,8$) a partir de 1980.

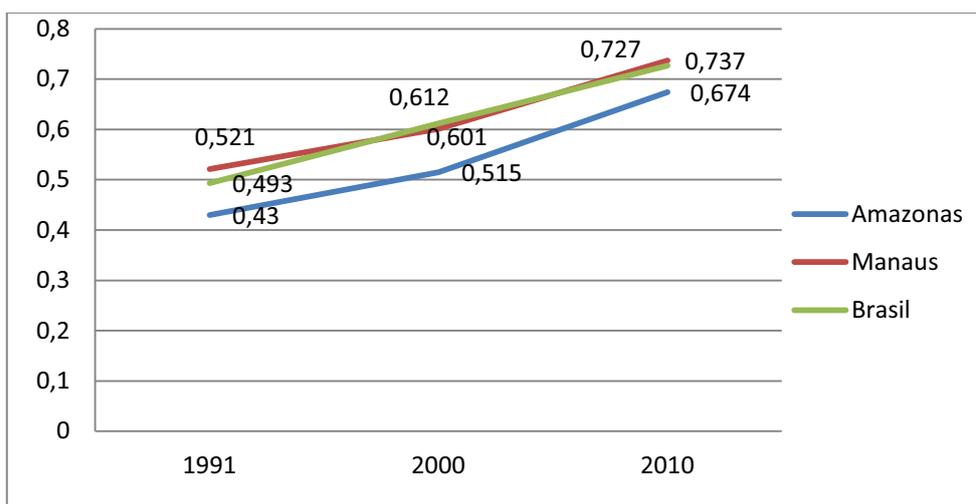


Gráfico 9- Índice de Desenvolvimento Humano de Manaus/Amazonas/Brasil

Fonte: Criação própria a partir de dados do IBGE, Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Observa-se ainda pelo gráfico 9 que o IDH de 2000 a 2010 apresenta uma tendência acentuada de crescimento. Vale ressaltar que os IDHs de Manaus e do Brasil se assemelham muito, coincidindo em alguns anos. Por fim, uma observação importante no que tange ao IDH do Amazonas, apresentando-se menor do que o IDH de sua capital, o que permite a conclusão de que o desenvolvimento em Manaus contribui para uma melhor classificação do Estado, enquanto o interior apresenta uma contribuição negativa para o IDH, pois como já foi apresentado neste capítulo, o interior do Estado continuou estagnado economicamente, não incorporando os benefícios gerados pela ZFM, o que para um menor IDH das outras regiões do Estado, deslocando o IDH do Amazonas para baixo.

C) Índice de Gini

Através do Índice de Gini pode-se observar o nível de desigualdade em uma região, localidade. Quando mais próximo de 1 (um) maior é a concentração de renda, ou

seja, a maior parte da renda está nas mãos dos mais ricos, enquanto mais próximo de 0 (zero) melhor é a distribuição de renda entre as camadas da sociedade.

Analisando o gráfico 10 temos que a cidade de Manaus, região que concentra a maior parcela das indústrias do Projeto Zona Franca é menos concentrada do que o Estado do Amazonas e também em relação ao Brasil.

No início dos anos 1990 a concentração de renda é menor em relação aos anos 2000 e a 2010. Isto é devido às características do processo de industrialização concentradora do país nesse período, o que acarretou uma elevação da concentração no nível de renda, ocasionada pela má distribuição. Nota-se ainda, que tanto o Estado do Amazonas como o Município de Manaus apresentaram uma tendência ainda mais concentradora de renda do que o Brasil no período.

A partir dos anos 2000 o índice de Gini começa a sofrer uma queda, também mais acentuada no Brasil do que no Amazonas e em Manaus, o que reflete os efeitos das políticas sociais iniciadas no Governo FHC e depois intensificadas no Governo Lula e Dilma, como o Bolsa Família e o crescimento real do salário mínimo.

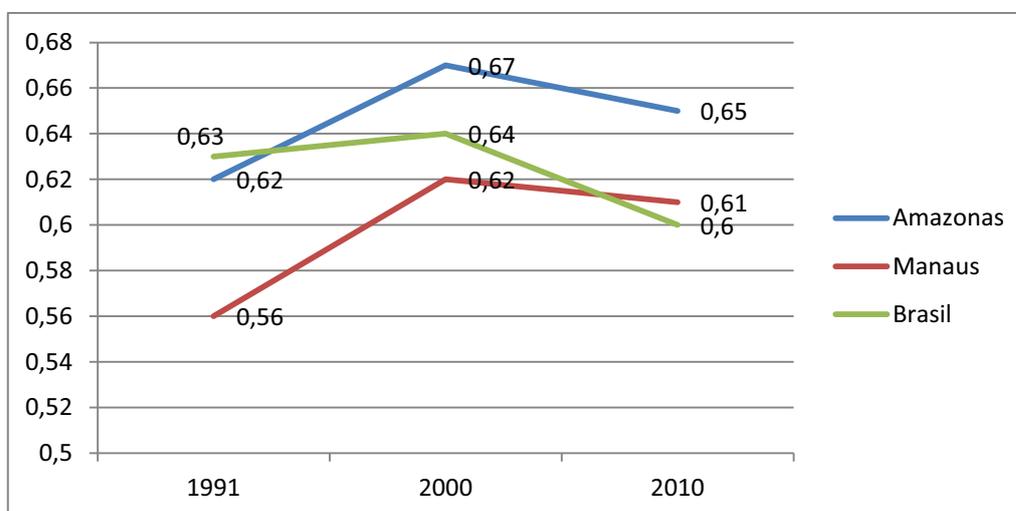


Gráfico 10- Índice de Gini de Manaus/Amazonas/Brasil

Fonte: Criação própria a partir de dados do IBGE/ Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

3.4. Considerações

A partir da análise dos dados apresentados no decorrer do capítulo três, pode concluir-se que, economicamente a maior parte do desenvolvimento que ocorreu no Estado foi centralizado na sua capital, a cidade de Manaus. Enquanto que por outro lado

o interior do Estado se estagnou, pois ocorreu uma transferência de poder econômico para Manaus. A cidade de Manaus concentrou tanto as indústrias, como a população da região, absorvendo em 2010 mais da metade da população do Estado.

Socialmente pode-se constatar que a região evoluiu no seu desenvolvimento humano mudando a sua classificação de baixo para médio desenvolvimento, ressaltando novamente que Manaus destaca em um IDH mais elevado do que o Estado, demonstrando que as outras regiões do interior, mesmo com o Modelo Zona Franca não se desenvolveram na mesma proporção.

Dessa forma, constata-se que o Modelo Zona Franca de Manaus apresentou uma evolução positivamente nos seus 46 anos de desenvolvimento. Apesar de algumas exceções, como a Política de Comércio Exterior do Governo Collor e a crise mundial de 2008, o faturamento do Pólo Industrial de Manaus - PIM, principal representante do Projeto, cresceu e cresce ascendentemente a cada ano que passa, sempre superando as suas metas.

CONCLUSÃO

O Estado do Amazonas sempre apresentou características peculiares quanto aos seus modelos de produção, seja na extração das drogas do sertão, no ciclo da borracha ou na produção da juta asiática no Baixo Amazonas, sua prosperidade econômica nunca se manteve por longos anos. Ou seja, o Estado Amazonense não conseguiu sua auto-sustentabilidade em nenhum desses modelos.

A grande diferença veio com a implantação do modelo Zona Franca de Manaus, há 46 anos, o qual foi capaz de atrair mais empresas para a região amazônica, aumentando o número da população, devido à maior demanda de mão-de-obra por parte das indústrias que se fixaram naquela área. Sendo constatado que o maior povoamento ocorreu na capital, Manaus, sede do projeto ZFM, assim como a concentração das indústrias.

Nesse quesito populacional e industrial, pode-se dizer ainda que o maior problema encontrado no projeto ZFM foi à incapacidade em gerar desenvolvimento nas outras regiões amazônicas, particularmente no interior do Estado do Amazonas, que segundo os dados analisados no capítulo 3 se demonstrou estagnado.

Ademais, segundo os indicadores sociais tem-se uma evolução considerável do Estado tanto no Índice de Desenvolvimento Humano como no Índice de Gini, com o primeiro o Amazonas alcançou o médio desenvolvimento, enquanto o segundo demonstrou uma queda, mas pode-se dizer que ainda é elevada a concentração da renda tanto no Estado como na capital.

No que diz respeito a esse último quesito é notável que com o aumento da industrialização de uma região aumenta-se também a concentração de renda da mesma. No entanto observa-se que apesar dessa tendência concentracional da população ocorre no momento um estímulo a melhor distribuição de renda no Estado Amazonense, principalmente por causa de políticas governamentais.

É necessário enfatizar que o órgão coordenador da Zona Franca, a Suframa, exerce um papel importante no sucesso desse projeto, principalmente através da aprovação dos projetos indústrias na localidade, pelo seu conselho de administração. Assim como na alternativa de investimentos em centros de tecnologia, parcerias com

centros tecnológicos internacionais conceituados, assim como no incentivo ao turismo na região.

Dessa maneira, pode-se enxergar novas fontes de rentabilidade para a região amazônica que não são provenientes do Modelo Zona Franca, entretanto é preciso salientar que o surgimento dessas alternativas econômicas somente surgiram por causa daquele Projeto, que permitiu estabelecer na região condições essenciais, seja para a fixação de empresas, ou na atração de população que firmaram as bases para o desenvolvimento na região. O que demonstra o início de uma independência do Modelo de incentivos fiscais proposto para a região, permitindo ao Estado do Amazonas o começo de uma autossustentabilidade econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luciana L. De C. Monografia: A Zona Franca de Manaus como Estratégia de Desenvolvimento Regional. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 1992.

BISPO, Jorge de S. Pólo Industrial Exportador: Desafios para o novo Papel da Zona Franca de Manaus. Dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial. 2003. Rio de Janeiro: Ebape-FGV, 2003.

COSTA, Catarina Degaspari de. Monografia: as transformações que marcaram a zona franca de Manaus. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2002.

DECRETO-LEI N° 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei n° 3173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus: - Legislação Federal, Manaus.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury. Tese: Morte e Ressurreição da SUDAM: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia, Belém, 2005.

LYRA, Flávio Tavares. Texto para Discussão n° 371, Ipea. Os Incentivos Fiscais à Indústria da Zona Franca de Manaus: Uma Avaliação (Relatório Final), 1995.

MACIEL, Paulo Sérgio; MACHADO, Waltair Vieira e RIVAS, Alexandre A.F. O Impacto da Zona Franca de Manaus-ZFM no desenvolvimento do Estado do Amazonas: a eficácia do modelo. XXIII Encontro Nac. de Eng. de Produção- Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out de 2003.

MONTEIRO, Ana Cláudia de Azevedo. Dissertação: Zona Franca de Manaus: Localização, especialização produtiva e seus efeitos ambientais. Manaus, 2009

OLIVEIRA, Jofre Luis da Costa. Dissertação: ZFM - um estudo sobre a Renúncia Tributária dos entes Federativos e os benefícios socioeconômicos gerados pelo modelo, 2011.

PAIVA, M. de V. Monografia: A Zona Franca de Manaus e a Política Econômica Recente: Uma análise de impactos. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 1997.

PLANO ANUAL DE TRABALHO- PAT, Relatório de Avaliação 2010, 2011.

POSSIGNOLO, Cristiane Rizzato. Monografia: A viabilidade econômica da zona franca de Manaus, 2000.

REZENDE, Fernando. Textos para discussão Cepal-Ipea. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução, 2010.

SALAZAR, Admilton Pinheiro. Amazônia, Globalização e sustentabilidade. Manaus: Editora Valer, 2004.

SERÁFICO, José e SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. Estudos Avançados 19 (54), 2005.

Sites:

<http://www.suframa.gov.br>. Acessado em 30/04/2013

<http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 09/05/2013

www.sefaz.am.gov.br. Acessado em 09/05/2013

<http://www.d24am.com/noticias/amazonas/amazonas-e-o-estado-com-mais- desigualdade-de-renda-entre-a-populacao> Acessado em 10/05/2013

<http://www.mundoeducacao.com/historiabrasil/a-expansao-territorial-os-tratados- limites.htm> acessado em 21/08/2013

<http://f1colombo-geografando.blogspot.com.br/2011/04/extensao-territorial-do- brasil.html> acessado em 21/08/2013

<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/vida-rural/noticia/2011/12/cultivo-de-juta- na-am-e-resultado-de-trabalho-da-colonia-japonesa.html> acessado em 21/08/2013

<https://www.cartaobndes.gov.br> acessado em 13/09/ 2013

<http://www.desenvolvimento.gov.br> acessado em 13/09/ 2013

<http://www.fase.org.br> acessado 25/10/2013

<http://www.educacional.com.br/especiais/biomas/popBiomaAmazonia.asp> acessado 25/10/2013

<http://www.ipea.gov.br/> acessado 25/10/2013

<http://www.planalto.gov.br> acessado 25/10/2013

<http://www.pnud.org.br> acessado 25/10/2013

<http://www.seplan.am.gov.br> acessado 25/10/2013